

LEON
TROTSKY

**a moral
deles e
a nossa**

CLÁSSICOS ANTÍDOTO | 7

Trotsky, Leon.

A moral deles e a nossa.

Traduzido por M. Resende.

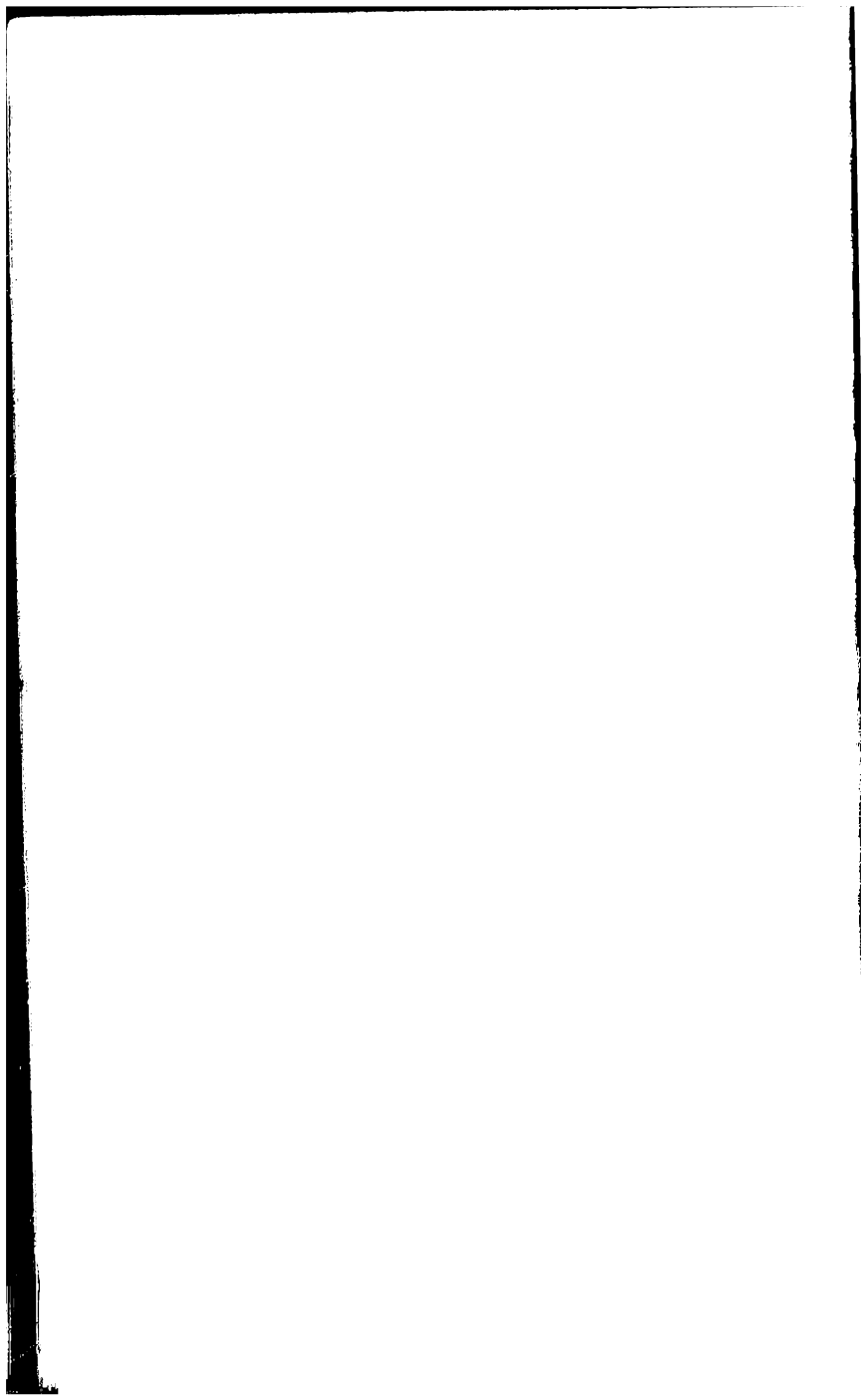
Lisboa: Edições Antídoto, 1979.

ARQUIVO
MARXISTA
NA INTERNET

Endereço permanente:

marxists.org/portugues/trotsky/1938/moral/amoraldeleseanossa.pdf

Digitalizado por voluntários do *Arquivo Marxista na Internet* em 24 de julho de 2025, com a autorização dos camaradas das Edições Combate, sucessora das Edições Antídoto.



LÉON TROTSKY

**A MORAL DELES
E A NOSSA**



FICHA TÉCNICA

*Título original: Leur Morale et la Notre, Leon
Trotsky*

Tradução: M. Resende

Copyright: Edições Antídoto, 1979

1ª Edição: Maio 1979

Edição Nº 50

EDIÇÕES ANTÍDOTO

Rua da Beneficência, 121-1º dto

1600 LISBOA

PREFÁCIO

«*A Moral Deles e a Nossa*» foi escrito por Léon Trotsky em circunstâncias dramáticas.

Desenhava-se no horizonte a Segunda Guerra Mundial. A guerra civil prosseguia em Espanha, esboçando-se a vantagem de Franco. Além disso, na União Soviética, Estaline levava a cabo o seu Termidor, executando a grande maioria dos dirigentes bolcheviques, companheiros de Lenine.

Em Agosto de 1936, realizava-se o primeiro «processo de Moscovo» cujos principais acusados se sentavam no banco dos réus, mas no qual Trotsky e seu filho Léon Sedov eram apontados como principais culpados. Logo no dia 2 de Setembro desse ano o governo norueguês fazia Trotsky prisioneiro e privava-o de todo e qualquer meio de defesa, no próprio momento em que as acusações contra ele ajuizavam as colunas da imprensa mundial. O seu filho Léon Sedov, «Liova», dirigia o combate, a partir de Paris, onde era seguido passo a passo pelos agentes da GPU. Trotsky só voltou a ter possibilidade de se exprimir publicamente em 9 de Janeiro de 1937, quando desembarcou no

México. Alguns dias mais tarde, começava o segundo «processo de Moscovo», contra Radek, Piatakov ... e também contra Trotsky e Liova. Em Junho de 37 eram eliminados Tukhatchevsky e uma plêiade de generais, dirigentes dos exércitos soviéticos.

Caluniado, condenado à morte, Trotsky batia-se indomitamente para defender a sua honra e a da Revolução russa de Outubro. Muito a custo, tinha conseguido a constituição de uma comissão dirigida pelo filósofo americano Dewey, para levar a cabo um «contra-processo», no qual demolirá completamente as acusações lançadas contra ele. Muito a custo, pois a maioria dos intelectuais ditos progressistas acertavam o passo por Estaline (quando vinte anos mais tarde Kruchtchev, no seu relatório ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, denunciou os crimes de Estaline, nenhum deles sentiu necessidade de fazer a sua auto-crítica).

Mas não era tudo. Durante o ano de 1937, Trotsky haveria de verificar que bastantes intelectuais, escritores, homens políticos sabedores de que esses «processos» eram maquinações, em vez de o apoiarem, utilizavam-nos para lançar pelo seu lado um processo contra o bolchevismo. Durante anos, Victor Serge, Max Eastman, Sydney Hook e outros pareciam ter partilhado a análise feita por Trotsky sobre o estalinismo, a saber, a de que este se tratava de uma degenerescência termidoriana da revolução russa, na qual as relações entre Estaline e Lenine seriam semelhantes às que houvera entre Napoleão e Robespierre na Revolução francesa. Mas, sob o dilúvio das calúnias espalhadas durante os «processos de Moscovo» e as campanhas a sua respeito, entraram todos de denun-

ciar o bolchevismo: o estalinismo, segundo eles, era seu produto natural, o *amoralismo* de Estaline mais não era do que a continuação do bolchevismo e, em particular, de Lenine, contra o qual tanta gente se tinha erguido muito justamente. Estes críticos reprovaram em Lenine e Trotsky o terem recorrido à tomada de reféns durante a guerra civil. Denunciaram o esmagamento da revolta de Kronstadt em 1921, apresentando-a como uma resistência ao estalinismo (que ainda não tinha surgido), quando os bolcheviques tinham visto nessa insurreição uma brecha aberta pela qual a contra-revolução ensaiava penetrar. Da parte destes homens, levava-se a cabo um requisitório contra o bolchevismo em nome da *moral*. Invocando esta, assmilavam Estaline com Trotsky, quando aquele encurralava este último, até o ter mandado assassinar em 1940.

Nestes ataques que, em nome da moral ultrajada, deitavam borda fora tudo o que Trotsky tinha trazido à análise da sociedade soviética, este último via uma renúncia à solidariedade com a revolução socialista, um auxílio à reacção estaliniana e, no caso de alguns deles, a via para a reacção burguesa. Eastman e Hook haveriam de tornar-se maccarthystas.

Por isso, decidiu responder no próprio plano em que estes homens travavam o combate. Escreve portanto *A Moral Deles e a Nossa* nos princípios do ano de 1938, no momento em que se anunciava o terceiro dos «grandes processos», cujos acusados principais foram Bukharine e Rakovsky.

No próprio dia em que terminava o panfleto, Trotsky era informado de que o seu filho Liova acabava de morrer em Paris. As circunstâncias do desaparecimento

de Liova, aos 32 anos de idade, não foram esclarecidas, mas, tendo em conta o facto de a GPU ter vindo a vigiar todos os seus gestos e lhe ter estendido várias armadilhas, são suficientemente estranhas para se pensar que aquela polícia deve sem dúvida ter desempenhado um papel qualquer nessa morte súbita.

A Moral Deles e a Nossa apareceu, em russo, no *Boletim da Oposição* e, em inglês, na revista *The New International*. Traduzido em francês por Victor Serge, só apareceu nesta língua sob a forma de livro em Março de 1939. O editor tinha acrescentado um «*prière d'insérer*», provavelmente escrito por Victor Serge, que — mau grado uma aparente objectividade — retomava a acusação a que Trotsky tinha respondido no panfleto. Assim, em Junho de 1939, o revolucionário escrevia um ensaio mais curto, *Moralistas e Sicofantas contra o Marxismo*, em que respondia a esse *prière d'insérer* e a diversas críticas que o livro tinha levantado. O desencadeamento da Segunda Guerra Mundial sobreveio algumas semanas mais tarde, de forma que este ensaio, considerado por Trotsky como um complemento que fazia parte integrante de *A Moral Deles e a Nossa*, não foi publicado em francês. A presente edição é portanto a primeira edição completa de *A Moral Deles e a Nossa* em língua francesa.

Pierre Frank

8 de Fevereiro de 1966

A MORAL DELES E A NOSSA



A EVAPORAÇÃO DA MORAL

Nas épocas de reacção triunfante, vemos os Srs. democratas, sociais-democratas, anarquistas e outros representantes de esquerda, segregar moral em quantidades industriais, como aquelas pessoas que, com o medo, se desfazem em suor. Repetindo à sua maneira os dez mandamentos ou o sermão da montanha, estes moralistas dirigem-se menos à reacção vitoriosa do que aos revolucionários perseguidos e encurralados, cujos «excessos» e cujos princípios «amorais» teriam «provocado» a reacção e proporcionado a esta uma justificação moral. Segundo eles, haveria no entanto um meio elementar, mas seguro, de evitar a reacção: o esforço interior, o renascimento moral. E em todas as redacções de jornais interessados, distribuem-se amostras gratuitas de perfeição ética.

Este tipo de prédica, tão empolada como falsa, tem a sua base social — de classe — na pequena burguesia intelectual, a sua base política, na impotência e na desorientação perante a reacção e a sua base psicológica, no seu desejo de superar a inconsistência de cada um envergando uma barba falsa de profeta.

O procedimento favorito do filistino moralizador consiste em identificar os modos de agir da revolução e da reacção, e o seu êxito escora-se em analogias formais: o czarismo e o bolchevismo tornam-se irmãos gémeos; pode-se ir ao ponto de descobrir uma semelhança de gémeos no fascismo e no comunismo; pode-se estabelecer o rol dos caracteres comuns ao jesuitismo e ao comunismo. Pelo seu lado, Hitler e Mussolini, lançando mão de uma técnica totalmente semelhante, demonstram que o liberalismo e o bolchevismo mais não são do que as diversas manifestações dum mesmo mal. A ideia segundo a qual o estalinismo e o trotskysmo são «no fundo, idênticos» encontra hoje em dia a maior audiência: congrega os liberais, os democratas, os piedosos católicos, os idealistas, os pragmatistas, os anarquistas e os fascistas. E, quanto aos estalinistas, só por efeito do acaso não podem ainda juntar-se às fileiras desta nova «Frente Popular»: é que estão muito absorvidos precisamente com a tarefa de exterminarem os trotskystas.

Estas aproximações e estas identificações caracterizam-se essencialmente pela completa ignorância dos fundamentos materiais das diversas tendências, quer dizer, da sua natureza social e, conseqüentemente, do seu papel histórico objectivo: em vez disso, aquelas são apreciadas e classificadas segundo índices exteriores e secundários, o mais das vezes segundo a sua atitude para com este ou aquele princípio abstracto, a que o classificador atribui uma significação particular. Para o papa, os franco-maçães, os darwinistas, os marxistas e os anarquistas são irmãos de sacrilégio, pois todos eles rejeitam a Imaculada Conceição. Para Hitler, o liberalismo e o marxismo são

gêmeos, pois tanto um como o outro ignoram o «sangue e a honra». Para o democrata, gêmeos são o fascismo e o bolchevismo, por se recusarem a curvar-se perante o sufrágio universal. Et caetera.

Os traços comuns às tendências assim comparadas são inegáveis, mas o desenvolvimento da espécie humana não se esgota, nem pelo sufrágio universal, nem pelo «sangue e honra», nem pelo dogma da Imaculada Conceição — e esse é o cerne do problema. O devir histórico é, antes do mais, luta de classes e acontece que classes diferentes utilizem meios análogos com fins diversos. E não poderia deixar de assim ser. Os exércitos beligerantes são sempre mais ou menos simétricos; se nada tivessem em comum nas suas formas de combate, não poderiam chocar-se no campo de batalha.

Quando se vêem entre dois fogos, sem compreenderem as causas e o alcance do combate travado entre o proletariado e a burguesia, o camponês e o lojista inculto votam ambos os partidos em presença a um ódio igual. Mas quem são todos estes moralistas democratas? Os ideólogos das camadas médias que se vêem entre dois fogos, ou que receiam vir a cair nessa situação. Os profetas deste género caracterizam-se sobretudo pelo seu afastamento relativamente aos grandes movimentos da História, pelo conservadorismo retrógado do seu pensamento, pela auto-satisfação perante a sua própria mediocridade e pela mais primitiva pusilanimidade política. Aquilo que os moralistas mais anseiam é que a História os deixe em paz com os seus alfarrábios, as suas revistinhas, os seus assinantes, o seu bom senso e as suas regras. Mas a História não os deixa em paz, e, hoje à esquer-

da, amanhã à direita, vai-lhes dando umas cotoveladas nas costelas. E é claro: revolução e reacção, czarismo e bolchevismo, estalinismo e trotskysmo são irmãos gémeos! Quem duvidar disto que observe, por favor, os galos simétricos à esquerda e à direita no crânio dos moralistas...

Amoralismo marxista e verdades eternas

A censura mais comum e mais impressionante dirigida contra o «amoralismo» bolchevista vai buscar a sua força à imputação ao bolchevismo uma regra pre-
tensamente jesuítica: *O fim justifica os meios*. Daqui se extrai facilmente a seguinte conclusão: os trotskys-
tas, como todos os bolcheviques (ou marxistas), não admitem os princípios da moral: não há diferença essencial entre trotskysmo e estalinismo. Como se queria demonstrar.

Um semanário americano, de resto sofrivelmente vulgar e cínico, lançou um inquérito sobre a moral do bolchevismo, inqueritozinho esse que como é costume se destinava a servir à vez a moral e a publicidade. O inimitável Herbert Wells, cuja extraordinária imaginação sempre foi superada pela própria auto-suficiência homérica, apressou-se a solidarizar-se com os snobs reaccionários do «Common Sense». É da natureza das coisas. Mas até os que responderam ao inquérito tomando a defesa do bolchevismo não o fizeram sem tímidas reservas. Os princípios marxistas são, segundo eles, maus, é claro, mas no entanto, há entre os bolcheviques homens excelentes (Eastman). Em verdade, há «amigos» mais perigosos do que os inimigos.

Se fôssemos a tomar os Srs. que nos censuram a sério, teríamos que começar por lhes perguntar quais são os seus próprios princípios de moral, pergunta essa que sem dúvida ficaria sem resposta... Admitamos que nem o fim pessoal nem o fim social possam justificar os meios. Nesse caso, haveria que procurar outros critérios exteriores à sociedade tal como a História a faz e aos fins suscitados pelo seu desenvolvimento. Onde? Se não é na terra, terá que ser no céu. Os padres há muito que descobriram na revelação divina os cânones infalíveis da moral. Os pequenos padres laicos discorrem sobre as verdades eternas da moral sem indicarem a sua referência original. Estamos no direito de concluir que, se tais verdades são eternas, são anteriores ao aparecimento do pitecantropo sobre a terra e inclusivamente à formação do sistema solar. Mas donde provirão então? A teoria da moral eterna não pode dispensar Deus.

Os moralistas de tipo anglo-saxão, quando não se contentam com um utilitarismo racionalista — com a ética do contabilista burguês — apresentam-se como discípulos conscientes ou inconscientes do visconde de Shaftesbury que — no princípio do século XVIII — deduzia os juízos morais de um sentido particular, o sentido moral inato do homem. Situada acima das classes, a moral conduz inevitavelmente à admissão de uma substância particular, dum sentido moral absoluto que não é mais do que o tímido pseudónimo filosófico de Deus. A moral independente dos «fins», quer dizer, da sociedade — mais não é no fim de contas do que um aspecto da «teologia natural». Os céus continuam a ser a posição fortificada donde se poderá combater o materialismo dialéctico.

Em fins do século passado, formou-se na Rússia toda uma escola «marxista» que pretendia completar a doutrina de Marx acrescentando-lhe um princípio mora, autónomo, superior às classes (Struvé, Berdiaeff, Bulgakov e outros...). Os seus partidários começavam naturalmente por Kant e pelo seu princípio categórico. Como acabaram eles? Struvé é hoje um dos ex-ministros do barão de Wrangel e um bom filho da Igreja; Bulgakov é padre ortodoxo; Berdiaeff interpreta o Apocalipse em diversas línguas. Metamorfoses à primeira vista tão inesperadas como esta não se explicam pela «alma eslava» — de resto, a alma de Struvé é germânica — mas pela envergadura da luta social na Rússia. Na realidade, a orientação essencial desta metamorfose é internacional.

O idealismo clássico em filosofia foi um imenso progresso, na medida em que tendia a secularizar a moral, quer dizer, a emancipá-la da sanção religiosa (Hegel). Mas, solta da prisão celeste, a moral precisava de raízes na Terra. A descoberta destas raízes foi uma das tarefas do materialismo. Invocar hoje em dia as «verdades eternas» da moral é tentar obrigar o pensamento a voltar atrás. O idealismo filosófico não é mais do que uma etapa: da religião ao materialismo ou, pelo contrário, do materialismo à religião.

«Os fins justificam os meios»

A ordem dos Jesuítas, fundada na primeira metade do século XVI para combater o protestantismo, nunca ensinou que «todo e qualquer» meio, mesmo que criminoso do ponto de vista da moral católica, seria legiti-

mo, desde que nos conduzisse ao objectivo, isto é, ao triunfo do catolicismo. Esta doutrina contraditória e psicologicamente inconcebível, foi malevolamente atribuída aos Jesuítas pelos seus adversários protestantes — e por vezes católicos — os quais não tinham escrúpulos na escolha dos meios para atingirem os «seus» fins. Os teólogos jesuítas, preocupados, tal como os das outras escolas, com o problema do livre arbítrio, ensinavam na realidade que um meio pode ser indiferente em si mesmo, mas que a justificação ou a condenação de determinado meio é comandada pelo fim. Um tiro de pistola é em si mesmo indiferente; disparado contra um cão raivoso que ameaça uma criança, é uma boa acção; disparado para assassinar ou para exercer violência sobre outrém, é um crime. Os teólogos daquela ordem religiosa não queriam dizer mais nada que não fossem estes lugares comuns. Quanto à sua moral prática, os Jesuítas formavam uma organização militante, fechada, rigorosamente centralizada, ofensiva, perigosa não só para os seus inimigos, mas também para os seus aliados. Pela sua psicologia e os seus métodos de acção, os Jesuítas da época «heróica» distinguiam-se do cura ordinário como os guerreiros da Igreja se distinguem dos vendilhões. Não temos razão alguma para idealizar uns e outros. Mas seria totalmente indigno considerar o guerreiro fanático do ponto de vista do vendilhão estúpido e preguiçoso.

Sem sairmos do domínio das comparações puramente formais, ou psicológicas, podemos dizer que os bolcheviques estão para os democratas e os social-democratas de todas as nuances, como os Jesuítas estavam para a remançosa hierarquia eclesiástica; ao

lado dos marxistas-revolucionários, os social-democratas e os socialistas centristas parecem uns atrasados, ou uns charlatões comparados com os médicos. Não há questão nenhuma que tenham prescrutado profundamente; acreditam no poder dos exorcismos e torneiam temerosamente os obstáculos, à espera de um milagre. Os oportunistas são remançosos feirantes da ideia socialista, enquanto os bolcheviques são seus militantes convictos. Daí o ódio que lhes é votado e as calúnias de que se alimentam homens que possuem em grandes quantidades os mesmos defeitos que eles — defeitos condicionados pela história — sem terem nenhuma das suas qualidades.

A comparação entre os Jesuítas e os bolcheviques é, no entanto, ainda bastante superficial; são mais do domínio da literatura do que da História. Em função dos caracteres e dos interesses das classes que os apoiavam, os Jesuítas representavam a reacção, e os protestantes, o progresso. Os limites desse progresso exprimiam-se por seu turno, numa forma imediata, na palavra dos protestantes. A doutrina de Cristo, reconduzida «à sua pureza», não impediu de maneira nenhuma o burguês Lutero de incitar a Alemanha à exterminação dos camponeses revoltados, esses «cães raivosos». O doutor Martinho considerava manifestamente que «o fim justifica os meios», antes desta regra ter sido atribuída aos Jesuítas. Quanto a estes, rivalizando com os protestantes, adaptaram-se cada vez mais ao espírito da sociedade burguesa e, dos três votos iniciais — pobreza, castidade e obediência — só conservaram o último, sob uma forma de resto bem atenuada. Do ponto de vista do ideal cristão, a moral dos Jesuítas decaiu tanto mais quanto não deixaram

de ser Jesuítas. Os guerreiros da Igreja tornaram-se seus burocratas e, como todos os burocratas, uns refinados patifes.

Jesuitismo e utilitarismo

Estas curtas observações bastam-nos, ao que parece, para fazer ressaltar a ignorância e a mediocridade necessárias para levar a sério a oposição ao princípio «jesuítico»: «os fins justificam os meios» — a partir de outro princípio, inspirado por outra moral mais elevada, como é claro, segundo a qual cada «meio» traria consigo o seu rotulozinho moral, tal como todas as mercadorias a preço fixo nos grandes armazéns. É flagrante o facto de o bom senso filistino anglo-saxão conseguir indignar-se com o princípio «jesuítico», ao mesmo tempo que vai beber a sua inspiração ao utilitarismo, tão característico da filosofia britânica. Ora, o critério de Bentham e John Mill, «a maior felicidade possível do maior número possível de pessoas» («the greatest possible happiness of the greatest possible number») significa, sem qualquer dúvida: os meios que servem para o bem comum, que é o fim supremo, são morais. Destarte, a fórmula filosófica do utilitarismo anglo-saxão coincide totalmente com o princípio «jesuítico»: os fins justificam os meios. Como vemos, o empirismo existe à face da terra para libertar as pessoas da necessidade de juntarem os dois extremos de um raciocínio.

Herbert Spencer, cujo empirismo tinha beneficiado dos efeitos da vacina evolucionista de Darwin, como que uma vacina contra a varíola, ensinava que a evo-

lução da moral parte das «sensações» e desemboca nas «ideias». As sensações impõem o critério de «uma satisfação futura mais duradoura e mais elevada»; O critério moral é, também neste caso, o do «prazer» ou da «felicidade»; mas o conteúdo encontra-se na circunstância alargado e aprofundado com o grau de evolução. Herbert Spencer mostra assim, pelos métodos do seu utilitarismo «evolucionista», que o princípio «os fins justificam os meios» nada tem de imoral.

Seria no entanto ingenuidade esperar deste princípio que lançasse luz sobre a questão prática que se segue: que podemos fazer, que não podemos fazer? Na vida prática, tal como no movimento da História, os fins e os meios estão sempre a mudar de lugar. A máquina em construção é o «fim» da produção, tornando-se de seguida um «meio» de produção, quando instalada numa fábrica. Em certas épocas a democracia torna-se um «fim» prosseguido pela luta de classes, tornando-se posteriormente seu «meio». Sem nada ter de imoral, o princípio atribuído aos Jesuítas não resolve o problema moral.

O utilitarismo «evolucionista» de Spencer deixa-nos também sem resposta, a meio caminho, pois, no seguimento de Darwin, tenta assimilar a moral concreta, histórica, com as necessidades biológicas ou os «instintos sociais» próprios à vida animal gregária, quando a própria noção de moral surge num meio dividido por antagonismos, quer dizer, na sociedade dividida em classes.

O evolucionismo burguês, detém-se impotente no limiar da sociedade histórica, não querendo admitir que a luta de classes é a mola principal da evolução das formas sociais. A moral mais não é do que uma

das funções ideológicas desta luta. A classe dominante impõe os seus fins à sociedade e habitua-a a considerar como imorais os meios que se chocam com esses fins; essa é a missão essencial da moral oficial. Ela prossegue «a maior felicidade possível», não do maior número possível, mas duma minoria cada vez mais reduzida. Se se baseasse apenas na coacção, semelhante regime não duraria uma semana. O cimento da ética é-lhe indispensável. O fabrico desse cimento incumbe aos teóricos e aos moralistas pequeno-burgueses. Podem mobilizar todas as cores do arco-íris; mas, no fim de contas, mais não são do que os apóstolos da escravidão e da submissão.

Das «regras obrigatórias da moral»

O homem que não quiser regressar a Cristo, a Moisés ou a Maomé, nem contentar-se com um arlequim ecléctico, terá que reconhecer que a moral é produto do desenvolvimento social, que nada tem de invariável, que serve os interesses da sociedade, e que, mais do que todas as outras formas de ideologia, possui um carácter de classe.

Não haverá no entanto regras elementares de moral elaboradas durante o desenvolvimento da humanidade no seu conjunto, regras que sejam necessárias à vida de toda a colectividade? Há-as, com certeza, mas a sua eficácia é muito instável e limitada. As normas «imperativas para toda a gente» são tanto menos eficazes, quanto mais aguda se torna a luta de classes. A guerra civil, forma culminante da luta de classes, abole violentamente todos os laços morais entre as classes inimigas.

Em condições «normais», o homem «normal» observa o mandamento: «Não matarás!» Mas, quando é obrigado a matar em condições excepcionais de legítima defesa, o júri absolve-o. Quando, pelo contrário, cai vítima de uma agressão, o agressor será morto por decisão da justiça. A necessidade de uma justiça e da legítima defesa decorre do antagonismo dos interesses. No tocante ao Estado, nos tempos de paz este contenta-se com legalizar as execuções dos indivíduos, para, em tempo de guerra, transformar o mandamento «Não matarás!» num mandamento diametralmente oposto. Os governos mais humanos que, em tempo de paz, «detestam» a guerra, em tempo de guerra, convertem a exterminação da maior fracção possível da humanidade em dever dos seus exércitos.

As regras «geralmente reconhecidas» da moral conservam um carácter algébrico, quer dizer, indefinido, que lhes é próprio. Expressam apenas o facto de, no seu comportamento quotidiano, o homem se encontrar preso a certas normas gerais, visto pertencer à sociedade. O «imperativo categórico» de Kant é a mais elevada generalização dessas normas. Mas, apesar de ocupar uma situação eminente no Olimpo filosófico, esse imperativo não tem absolutamente nada de categórico, pois nada tem de concreto. É uma forma sem conteúdo.

As normas obrigatórias para todos são vazias por uma razão: é que, em todas as circunstâncias importantes, os homens possuem um sentimento muito mais imediato e mais profundo da sua pertença a uma classe social do que à «sociedade». As normas de moral «obrigatórias para todos» recebem na realidade um conteúdo de classe, ou, por outras palavras, um conteúdo antagónico. A norma moral é tanto mais categó-

rica, quanto menos obrigatória para todos é. A solidariedade operária, sobretudo durante as greves nas barricadas, é infinitamente mais categórica do que a solidariedade humana em geral.

Para a burguesia, cuja consciência de classe, pela sua plenitude e intransigência, é muito superior à do proletariado, é de interesse vital impor a «sua» moral às classes exploradas. As normas concretas do catecismo burguês são camufladas por meio de abstrações morais já de si colocadas sob a égide da religião, da filosofia ou dessa coisa híbrida a que se dá o nome de «bom senso». A invocação das normas abstractas não é um erro desinteressado da filosofia, é um elemento necessário do mecanismo de luta de classes. O primeiro dever do revolucionário proletário consiste em pôr a nu essa fraude, cuja tradição se perde nos milénios.

A crise da moral democrática

Para garantir o triunfo dos seus interesses nas grandes questões, as classes dominantes vêm-se obrigadas a ceder algo nas questões secundárias — desde que, é claro, essas concessões continuem a ser-lhes vantajosas. No tempo de surto desenvolvimentista do capitalismo e sobretudo nas últimas décadas do ante-guerra, estas concessões eram perfeitamente reais, pelo menos relativamente às camadas superiores do proletariado. A indústria estava em pleno desenvolvimento. O bem-estar das nações civilizadas — e particularmente das suas massas operárias — desenvolvia-se diariamente. A democracia parecia inabalável. As organizações operárias cresciam; as tendências

reformistas também. As relações entre as classes suavizavam-se, pelo menos exteriormente. Assim, nas relações sociais, e lado a lado com as normas da democracia e dos hábitos de paz social, iam-se estabelecendo regras elementares de moral. Tinha-se a impressão que se estava a viver numa sociedade em vias de se tornar mais livre, mais justa e mais humana. O «bom senso» julgava que a curva ascendente do progresso era infinita.

Mas não o era; rebentou a guerra, seguida de convulsões, de crises, de catástrofes, de epidemias, de regressos à barbárie. A vida económica da humanidade viu-se num impasse. Os antagonismos de classe agravaram-se, perderam a máscara que os encobria e assistia-se ao explodir dos mecanismos de segurança da democracia, que rebentavam um após outro. As regras elementares da moral surgiram ainda mais frágeis do que as instituições democráticas e as ilusões do reformismo. A mentira, a calúnia, a corrupção, a violência, o assassinio assumiram proporções inauditas. Os espíritos simples, confusos, julgaram que se tratava de consequências momentâneas da guerra. Mas, na realidade, esses dissabores eram e continuam a ser manifestações do declínio da imperialismo. A gangrena do capitalismo arrasta consigo a da sociedade moderna, inclusivamente a do direito e da moral.

O fascismo, gerado pela bancarrota da democracia em presença das tarefas que lhe impunha o imperialismo, é uma «síntese» dos piores males desta época. Só nas aristocracias capitalistas mais ricas se mantêm alguns restos de democracia: para cada «democrata» inglês, francês, holandês, belga, trabalha uma certa quantidade de escravos coloniais; a democracia dos

Estados Unidos é governada por «sessenta famílias»... E os elementos do fascismo desenvolvem-se rapidamente em todas as democracias. O estalinismo, por seu turno, é produto da pressão do imperialismo sobre um Estado operário atrasado e isolado complementando assim, de certa forma simetricamente, o fascismo.

Enquanto os filistinos idealistas — não se cansam de denunciar a «amoralidade marxista» — e os anarquistas encontram-se sem dúvida na primeira fila das denúncias — os trusts americanos, segundo John Lewis, dispendem mais de oitenta milhões de dólares por ano, para combaterem «a desmoralização revolucionária», quer dizer, em verbas para espionagem, corrupção de operários, imposturas judiciais e assassinatos! O imperativo categórico segue, por vezes, vias bem sinuosas para atingir o triunfo!

Notemos, por escrúpulo de equidade, que os mais sinceros e também os mais tacanhos moralistas pequeno-burgueses vivem hoje ainda da memória do passado idealizado e de esperança de um regresso a esse passado. Não compreendem que a moral é função da luta de classes; que a moral democrática correspondia às necessidades do capitalismo liberal e progressivo; que a renhida luta de classes que domina a nova época destruiu definitiva e irrevogavelmente essa moral; que a moral do fascismo, por um lado, e a da revolução proletária, por outro, a vêm substituir, embora em sentidos opostos entre si.

O «bom senso»

A democracia e a moral «geralmente aceite» não são as únicas vítimas do imperialismo. O bom senso

«inato de todos os homens» é a sua terceira vítima. Esta forma inferior do intelecto, necessária em todas as condições, é também suficiente em determinadas circunstâncias; o principal capital do bom senso é constituído por conclusões elementares extraídas da experiência humana: não se deve pôr a mão no fogo, há que seguir de preferência a linha recta, não se deve importunar os cães malvados... et caetera, et caetera. Num meio social estável, o bom senso é manifestamente suficiente para fazer comércio, tratar dos doentes, escrever artigos, dirigir um sindicato, votar no parlamento, fundar um lar, crescer e multiplicar-se. Mas logo que procura sair dos seus limites naturais para intervir no terreno das generalizações mais complexas, mais não é do que o conglomerado dos preconceitos de uma certa classe em determinada época. A simples crise do capitalismo, deixa-o desorientado; face a catástrofes como são as revoluções, as contra-revoluções e as guerras, o bom senso não passa dum imbecil perfeito. Para conhecermos as perturbações catastróficas do curso «normal» dos acontecimentos, é necessário dispor de elevadas qualidades intelectuais cuja expressão filosófica, até hoje, só foi dada pelo materialismo dialéctico.

Max Eastman, que se esforça com êxito para dar ao «bom senso» a mais sedutora aparência literária, fez da luta contra a dialéctica materialista uma espécie de profissão. Os truismos conservadores do bom senso, aliados ao bom estilo de Eastman passam por constituir a «ciência da revolução». Correndo em auxílio dos snobs reaccionários do «Common Sense», Eastman ensina-nos com uma admirável segurança que, se Trotsky tivesse bebido a sua inspiração no bom senso,

em vez de a ter ido buscar ao materialismo histórico, não teria... perdido o poder. A dialéctica interior que até hoje se manifestou na sucessão de todas as fases de todas as revoluções não existe para Eastman. Ele defende que a reacção sucede à revolução porque não se terá respeitado o bom senso. Eastman não compreende que foi precisamente Estaline quem, na História, veio a encontrar-se no papel de «vítima» do bom senso, pois o poder de que ele dispõe serve fins hostis ao bolchevismo. A doutrina marxista, pelo contrário, permitiu-nos romper com a burocracia terridorrana e continuar a servir e continuar a servir o socialismo internacional.

Toda e qualquer ciência — e isto é válido também para a «ciência da revolução»¹ — está sujeita à verificação experimental. Eastman, que sabe como se conserva o poder revolucionário quando a contra-revolução está na mó de cima em todo o mundo, deve saber muito bem como se pode conquistar o poder. Só esperamos que aceda por fim a revelar-nos os seus segredos. O melhor seria que o fizesse, dando-nos simultaneamente o programa de um partido revolucionário sob este título: «Como conquistar e manter o poder?». Mas tememos precisamente que o bom senso impeça Eastman de se lançar numa empresa tão arriscada. E desta vez o bom senso terá razão.

todo o seu rol de crimes. O marxismo havia anunciado com muita antecipação a inevitável derrocada da democracia burguesa e da sua moral. Em contrapartida, os doutrinários do «bom senso», foram surpreendidos

¹ Max Eastman é o autor de uma obra intitulada «*La Science de la Révolution*» (editada em francês por Gallimard).

pelo fascismo e pelo estalinismo. O bom senso opera por meio de grandezas invariáveis num mundo onde só a variabilidade é invariável. A dialéctica, pelo contrário, considera os fenómenos, as instituições, as normas, na sua formação, no seu desenvolvimento e no seu declínio. A atitude dialéctica para com a moral, produto funcional e transitório da luta de classes, parece «amoral» aos olhos do bom senso. No entanto, nada há de mais duro, de mais tacanho, de mais auto-suficiente e de mais cínico do que a moral do bom produto funcional e transitório da luta de classes, parece «amoral» aos olhos do bom senso. No entanto, nada há de mais duro, de mais tacanho, de mais auto-suficiente e de mais cínico do que a moral do bom senso!

Os moralistas e a GPU

O pretexto para a cruzada contra o amoralismo bolchevique foi dado pelos processos de Moscovo. A cruzada, no entanto, não foi imediatamente lançada, pois, na sua maioria, os moralistas eram amigos do Kremlin. Nessa qualidade, esforçaram-se durante um longo período por disfarçarem o seu espanto e até por fingir que nada se tinha passado.

Os processos de Moscovo não resultam no entanto do acaso. O servilismo, a hipocrisia, o culto oficial da mentira, a compra das consciências e todas as outras formas de corrupção desabrochavam luxuriosamente em Moscovo a seguir a 1924-1925. As futuras imposturas judiciais preparavam-se à luz do dia. Os avisos não faltaram, mas os «amigos» não queriam observar nada. E não é de espantar: a maior parte desses senhores ti-

nha sido hostil à revolução de Outubro e só se tinha aproximado da União Soviética à medida que esta ia entrando no período de degenerescência termidoriana; nessa altura, a pequena-burguesia ocidental reconheceu na pequena-burguesia oriental uma sua alma gémea.

Estes homens teriam acreditado sinceramente nas acusações de Moscovo? Só os menos inteligentes acreditaram nelas. Os outros não quiseram dar-se ao trabalho de as verificarem. Valeria a pena perturbar a amizade fagueira, confortável e por vezes remuneradora que mantinham com as embaixadas soviéticas? De resto — e isso nunca eles o esquecerão — a imprudente verdade poderia prejudicar o prestígio da URSS. Estes homens cobriram o crime por razões utilitárias, aplicando assim manifestamente a regra segundo a qual os fins justificam os meios.

O Sr. Pritt, conselheiro de Sua Majestade Britânica, que em Moscovo tinha tido oportunidade de dar atempada espreitadela por sob a túnica da Témis-estaliniana, e que tinha encontrado a sua roupa interior na devida ordem, o sr. Pritt tomou sobre os seus ombros a responsabilidade de desafiar a vergonha. Romain Rolland, cuja autoridade moral é sobejamente apreciada pelos contabilistas das Edições do Estado de Moscovo, não se conteve que não publicasse um daqueles seus manifestos em que o lirismo melancólico se casa lindamente com o mais senil cinismo. A Liga Francesa dos Direitos do Homem que, em 1917, condenava o «amoralismo» de Lenine e de Trotsky — na altura em que o nosso país rompia a aliança militar com a França — apressou-se, em 1936, a cobrir os crimes de Estaline, no interesse do pacto franco-soviético. Vemos portanto que o fim patriótico justifica todos os meios. Nos

Estados Unidos, «The Nation» e «The New Republic» fecharam os olhos às façanhas de Iagoda, pois a amizade com a URSS garantia a sua autoridade moral. Ainda não há um ano, esses senhores não diziam que o estalinismo e o trotsquismo fossem idênticos. Estavam abertamente do lado de Estaline, eram pelo seu espírito realista, pela sua justiça, pelo seu Iagoda — e mantiveram essa atitude enquanto puderam.

Até à execução de Tukhatchevski, de Iakir e dos outros generais vermelhos, a grande burguesia dos países democráticos observou não sem satisfação, arvorando embora uma certa repugnância, a exterminação dos revolucionários, na URSS. A este respeito, «The Nation», «The New Republic», para não falar dos Duranty, dos Louis Fisher e outras penas prostituídas, adiantavam-se em boa verdade aos interesses do imperialismo «democrático». A execução dos generais perturbou a consciência da burguesia, obrigando-a a compreender que a decomposição avançada do regime poderia facilitar a tarefa de Hitler, de Mussolini e do Mikado. O «New York Times» desatou a rectificar o tiro do seu Duranty. O jornal «Le Temps» deixou filtrar nas suas colunas um luaceiro do que se passava realmente na União Soviética. Quanto aos moralistas e aos sicofantas pequeno-burgueses, nunca passaram de auxiliares prestáveis das classes capitalistas. Por fim, quando a comissão John Dewey² formulou a sua

² A Comissão John Dewey, composta por personalidades eminentes pertencentes à sociedade intelectual dos Estados Unidos, estudou longamente os dados dos processos de Moscovo, ouviu Trotsky, consultou os seus arquivos e concluiu formalmente a inocência dos dois principais acusados, Trotsky e o seu filho Léon Sedov. (Nota de Victor Serge).

sentença, tornou-se evidente aos olhos de toda a gente capaz de utilizar minimamente o cérebro que continuar a defender a GPU em plena luz do dia era correr o risco de morte política e moral. A partir dessa altura, os «amigos» resolveram invocar as verdades eternas da moral, em resumo, bater em retirada e refugiar-se nas trincheiras de segunda linha.

Os estalinistas e semi-estalinistas amedrontados não ocupam o último lugar entre os moralistas. O Sr. E. Lyons manteve durante vários anos um matrimónio feliz com o bando terrível de Moscovo e considerava-se a si próprio como um quase-bolchevique. Tendo-se zangado com o Kremlin — pouco nos importa saber as razões do rompimento — veio a encontrar-se do mesmo passo nas nuvens do idealismo. Liston Hook, que ainda ontem gozava de tal crédito nos círculos do Kremlin que foi encarregado de dirigir a propaganda republicana de língua inglesa para a Espanha, não se sentiu por isso impedido de abjurar os mais primários rudimentos do marxismo, mal se demitiu Walter Krivitski, que se havia recusado a regressar à URSS e tinha rompido com a GPU, passou imediatamente para o campo da democracia burguesa. A metamorfose do septuagenário Charles Rappoport parece análoga. Libertos do seu estalinismo que lançaram borda fora, pessoas desta espécie — são em grande número — não conseguem coibir-se de buscar nos argumentos da moral abstracta uma compensação para a sua decepção e o seu aviltamento ideológico. Perguntai-lhes por que razão passaram do Komintern e da GPU para a democracia burguesa, que já têm a resposta pronta: «O trotsquismo não vale mais do que o estalinismo».

Disposição das figuras do jogo político

«O trotskismo é romantismo revolucionário; o estalinismo é realismo político». Desta insípida antimonia que ainda ontem servia o filistino médio para justificar a sua amizade com o Termidor contra a revolução, nada resta. Já ninguém contrapõe estalinismo e trotskismo; agora, identificam-nos. Na forma e não na essência. Batendo em retirada até ao meridiano do «imperativo categórico», os democratas continuam na realidade a defender o GPU, mas melhor mascarados, mascarados de forma mais traiçoeira. Quem calunia as vítimas, colabora com o algoz. Neste caso, como noutros, a moral serve a política.

O filistino democrata e o burocrata estalinista são, senão gémeos, pelo menos irmãos espirituais. Em política, em todo o caso, estão do mesmo lado. O sistema governamental francês baseia-se hoje em dia na colaboração entre os estalinistas, os socialistas e os liberais; o mesmo se passa em Espanha, país onde os anarquistas se lhes vieram juntar. Se o independente Labour Party tem tão fraca aparência é porque durante anos não se libertou dos abraços do Komintern. O Partido Socialista Francês excluiu os trotsquistas no preciso momento em que se preparava para estabelecer uma unidade orgânica com os estalinistas. E se essa unidade não se realizou, não foi devido a divergências de princípios — dos princípios, que restou? — mas porque os arrivistas socialistas temeram perder os empregos. Regressado de Espanha, Norman Thomas declarou que os trotsquistas ajudavam «objectivamente» Franco; e, graças a esse absurdo, o próprio Norman Thomas propiciou uma ajuda objectiva à

GPU. Este apóstolo excluía os trotsquistas do seu partido no próprio momento que o GPU fuzilava os seus camaradas em Espanha e na URSS. Em bastantes países democráticos, os estalinistas penetram com êxito nos serviços do Estado, apesar do seu «amoralismo». Nos sindicatos, têm excelentes relações com os burocratas de todas as outras nuances. É verdade que os estalinistas tratam o código penal com levianidade, o que amedronta um pouco os seus amigos «democratas» nos períodos de paz; em contrapartida, em circunstâncias excepcionais, é precisamente por essas qualidades que mais seguramente se tornam os chefes da pequena burguesia que lançam em luta contra o proletariado: foi o que se viu em Espanha.

Como era de esperar, a IIª Internacional e a FSI de Amsterdam não assumiram a responsabilidade das falsificações — preferem deixar essa responsabilidade ao Komintern. Calaram-se. Nas conversas privadas, as suas personalidades explicavam que, do ponto de vista «moral», condenavam Estaline, mas que do ponto de vista político, o aprovavam. Só quando a Frente Popular Francesa patenteou brechas irreparáveis, quando os socialistas franceses tiveram que pensar no dia de amanhã, só nesse momento Léon Blum encontrou no fundo do seu tinteiro as indispensáveis fórmulas da indignação moral.

Otto Bauer só censura com moderação a justiça de Vychinski para apoiar com tanta maior «imparcialidade» a política de Estaline. Segundo uma recente declaração de Otto Bauer, o destino do socialismo encontrar-se-ia ligado ao destino da URSS. «E o destino da URSS é o destino do estalinismo, enquanto o próprio desenvolvimento interno da URSS não tiver supe-

rado a fase estalinista...». Nesta frase magnífica encontra-se compendiado todo o Bauer, todo o austro-marxismo, toda a mentira, toda a podridão da social-democracia! «Enquanto» a burocracia estalinista for suficientemente forte para exterminar os representantes avançados do «desenvolvimento interior» da URSS, Bauer manter-se-à do lado de Estaline. Quando as forças revolucionárias derrubarem Estaline, apesar de Bauer, Bauer reconhecerá generosamente — com uma dezena de anos de atraso quando muito — esse «desenvolvimento interior»!

O Secretariado de Londres dos Socialistas centristas, que congrega com rara felicidade os aspectos de um jardim infantil, de uma escola para adolescentes atrasados e de uma casa para inválidos, arrasta-se a reboque das velhas internacionais. O seu secretário, Fenner Brockway, começou por declarar que o inquérito sobre o processo de Moscovo poderia «prejudicar a URSS» tendo proposto alternativamente que se abrisse antes um inquérito sobre... a actividade de Trotsky, constituindo uma comissão «imparcial», em que entrariam cinco adversários irreconciliáveis do mesmo Trotsky... Brandler e Lovestone solidarizaram-se publicamente com lagoda; só recuaram perante Ejoy; Jacob Walcher recusou prestar perante a comissão Dewey um testemunho que só poderia ser desfavorável a Estaline, sob pretexto manifestamente falso. A moral podre destes homens não é mais do que o produto da sua política podre.

Mas o mais triste dos papéis cabe sem dúvida aos anarquistas. Se o estalinismo e o trotsquismo são idênticos, como a cada passo o afirmam, por que razão os anarquistas espanhóis ajudam os estalinistas

a estrangular os trotsquistas e, simultaneamente, os anarquistas que continuam a ser revolucionários? Os teóricos libertários mais francos respondem-nos que se trata do preço a pagar pelos fornecimentos de armas soviéticas. Em resumo, os fins justificam os meios. Mas quais são os fins destes senhores? O anarquismo? O socialismo? Não: a salvação da democracia burguesa que desbravou o caminho para o fascismo. A baixos fins correspondem meios sujos.

Tal é a disposição real das figuras do jogo político no tabuleiro de xadrez do nosso mundo.

Que o estalinismo é produto da velha sociedade

A Rússia deu o mais grandioso salto em frente da História: as forças mais progressistas do país forneceram esse esforço. Na reacção actual, cuja amplitude é proporcional à da revolução, a inércia cobra a sua desforra; o estalinismo tornou-se a encarnação dessa reacção. A barbárie da velha História da Rússia, resurgindo sobre novas bases sociais, parece ainda mais repulsiva, pois tem que lançar mão de uma hipocrisia nunca vista.

Os liberais e os social-democratas do Ocidente, a quem a Revolução de Outubro levou a pôr em dúvida as suas ideias ultrapassadas, sentiram as forças voltar-lhes. A gangrena moral da burocracia soviética pareceu-lhes reabilitar o liberalismo. Vemo-los desencantar velhos aforismos rançosos do género: «Roda e qualquer ditadura traz em si os germes da sua própria destruição»; «só a democracia garante o desenvolvimento da personalidade», et caetera. A contraposição

da democracia à ditadura, que, na ocorrência, implica a condenação do socialismo em nome do regime burguês, considerada pelo ângulo da teoria, espanta-nos pela ignorância e a má fé que lhe está na origem. A infecção do estalinismo, que é uma realidade histórica, é comparada com a democracia, abstracção supra-histórica. Contudo, a democracia também tem uma história, história na qual não faltaram as abominações. Para definir a burocracia soviética, fomos buscar à História da democracia burguesa os termos de «Terror» e «bonapartismo», pois — que os doutrinários retardados do liberalismo tomem nota disso — a democracia não se instaurou por processos democráticos, muito ao invés. — Só os pataratas podem contentar-se com raciocínios sobre o bonapartismo como «filho legítimo» do jacobinismo, acerca do castigo histórico pelos atentados contra a democracia, etc. Sem a destruição do feudalismo pelos métodos jacobinos, a democracia burguesa teria sido inconcebível. É tão falso contrapor a abstracção «democracia» às etapas históricas reais, como comparar a calma do bebé recém-nascido às dores do parto.

Também o estalinismo não é uma «ditadura» abstracta, é uma vasta reacção burocrática contra a ditadura proletária num país atrasado e isolado. A revolução de Outubro aboliu os privilégios, declarou guerra à desigualdade social, substituiu a burocracia pelo governo dos trabalhadores, suprimiu a diplomacia secreta; esforçou-se por dar às relações sociais uma transparência completa. O estalinismo restaurou as formas mais ofensivas do privilégio, deu à desigualdade um carácter provocante, asfixiou a actividade espontânea das massas por meio do absolutismo policial, conver-

teu a administração em monopólio da oligarquia do Kremlin, tornou a dar vida ao fetichismo do poder sob formas e aspectos com que não ousaria sonhar a monarquia absoluta.

A reacção social, seja ela qual for, é obrigada a mascarar os seus verdadeiros fins. Quanto mais brutal é a transição entre a revolução e a reacção, mais a segunda depende das tradições da primeira — por outras palavras, mais teme as massas e mais é obrigada a recorrer à mentira e à impostura na sua luta contra os partidários da revolução. As imposturas estalinistas não são fruto do amoralismo «bolchevique»; como todos os acontecimentos históricos importantes, são produto duma luta social concreta e da mais pérfida e cruel luta que é possível imaginar: a duma nova aristocracia contra as massas que a levaram ao poder.

Na verdade, é preciso uma total indigência intelectual e moral para identificar a moral reaccionária e policial do estalinismo com a moral revolucionária dos bolcheviques. O partido de Lenine deixou de existir há muito; as dificuldades internas e o imperialismo mundial quebraram-no. A burocracia estalinista sucedeu-lhe e é um aparelho de transmissão do imperialismo. Em política mundial, a burocracia substituiu a luta de classes pela colaboração de classes, o internacionalismo pelo social-patriotismo. Afim de adaptar o partido governamental às tarefas da reacção, a burocracia «renovou» o seu pessoal pela exterminação dos revolucionários e o recrutamento dos arrivistas.

Toda e qualquer reacção ressuscita, alimenta, reforça os elementos do passado histórico que a revolução havia golpeado sem conseguir aniquilar. Os métodos estalinistas consomem, levam à mais alta tensão e

também ao absurdo, todos os processos de mentira, de crueldade e de aviltamento que constituem o mecanismo de poder em todas as sociedades divididas em classes, sem excluir a democracia. O estalinismo é um conglomerado das monstruosidades do Estado tal como a História o fez; é também a sua funesta caricatura e a sua repugnante carantónha.. Quando os representantes da velha sociedade contrapõem à gangrena do estalinismo uma abstracção democrática esterilizada, temos todo o direito de lhes recomendar, como a toda a velha sociedade, que se admirem a si próprios no espelho deformante do Termidor soviético. É verdade que, pela franqueza dos seus crimes, a GPU supera de longe todos os outros regimes, mas isso resulta da amplitude grandiosa dos acontecimentos que convulsionaram a Rússia na desmoralização da época imperialista.

Moral e Revolução

Entre os círculos liberais e radicais, não falta gente que, tendo embora assimilado os métodos materialistas de análise dos acontecimentos e considerando-se marxistas, não se vêem impedidos por isso de continuarem a ser jornalistas, professores ou homens políticos burgueses. Escusado será dizer que, na moral como nas outras coisas, o bolchevique não se pode conceber sem método materialista. Mas este método não lhe serve apenas para interpretar os acontecimentos, serve-lhe também para formar o partido revolucionário do proletariado, tarefa que só pode ser levada a cabo em completa independência relativamente à burguesia e à

sua moral. Ora, na realidade, a opinião pública burguesa domina integralmente o movimento operário oficial, desde William Green nos Estados Unidos até Garcia Oliver em Espanha passando por Léon Blum e Maurice Thorez em França. O carácter reaccionário do período presente tem neste facto a sua expressão mais profunda.

O marxismo revolucionário não poderá abordar a sua tarefa histórica sem ter rompido moralmente com a opinião pública da burguesia e dos seus agentes no seio do proletariado. Esta ruptura exige uma coragem moral de calibre bem diferente do das pessoas que se contentam com ir gritando nas reuniões públicas: «Abaixo Hitler, abaixo Franco!» E é precisamente esta ruptura decisiva, profundamente reflectida, irrevogável, dos bolcheviques com a moral conservadora da grande burguesia e também da pequena, que causa um temor de morte aos verbalistas da democracia, aos profetas de salão, aos heróis de corredor. Daí as suas lamentações sobre o «amoralismo» dos bolcheviques.

É sem dúvida na extrema-esquerda da pequena-burguesia, mais precisamente nos partidos centristas do Secretariado Internacional de Londres que melhor se observa a forma como tais moralistas identificam a moral burguesa com a moral «em geral». Como aquela organização «admite» o programa da revolução proletária, as nossas divergências de concepções com ela parecem à primeira vista secundárias. Na verdade, a sua admissão do programa revolucionário não tem qualquer valor, pois não obriga a nada. Os centristas «admitem» a revolução proletária, tal como os kantianos admitem o imperativo categórico, quer dizer, como um princípio sagrado inaplicável na vida quotidiana.

Na política prática, unem-se aos piores inimigos da revolução, aos reformistas e aos estalinistas, contra nós. O seu pensamento encontra-se impregnado de hipocrisia e duplicidade. Só não se elevam aos cumes dos crimes flagrantes porque, regra geral, nunca saem do plano mais recuado da cena política: são, de certa forma, os carteiristas da História e é precisamente por isso que se julgam chamados a dotar o movimento operário com uma nova moral.

Na extrema-esquerda desta confraria «avançada» situa-se um pequeno grupo de emigrantes alemães, que politicamente é completamente insignificante e que publica uma revista que dá pelo nome de «Neuer Weg» («Nova Via»). Curvemo-nos um pouco mais, para, lá em baixo, darmos ouvidos aos propósitos destes detractores «revolucionários» do amoralismo bolchevique. A «Neuer Weg», adoptando o tom de elogio de duplo sentido, escreve que os bolcheviques se distinguem favoravelmente dos outros partidos pelo facto de não terem qualquer hipocrisia: proclamam alto e bom som o que os outros fazem silenciosamente e, por exemplo, aplicam também o princípio segundo o qual, os «fins justificam os meios». Segundo a «Neuer Weg», esta regra «burguesa» é incompatível com um «movimento socialista são». «A mentira e coisas piores não são meios de luta permissíveis, como ainda considerava Lenine». A palavra «ainda» significa aqui que Lenine não teve tempo de repudiar este erro, pois morreu antes da descoberta da «Neuer Weg» («Nova Via»).

Na expressão «a mentira e coisas piores», o segundo membro da frase significa, evidentemente: a violência, o assassinato, et caetera, pois, sendo tudo o resto

igual, a violência é pior do que a mentira e o assassinato é a forma extrema da violência. Somos assim levados a concluir que a mentira, a violência e o assassinato são incompatíveis com «um movimento socialista são». Mas que fazer da Revolução? A guerra civil é a mais cruel das guerras. Não se concebe sem que se exerçam violências sobre terceiros e, tendo em conta a técnica moderna, sem o assassinio de velhos e crianças. Seremos obrigados a recordar Espanha? A única resposta que poderiam dar-nos os «amigos» da Espanha Republicana é que a guerra civil é preferível à escravidão fascista. Mas esta resposta perfeitamente justa, significa apenas que o fim (democracia ou socialismo) justifica em certas circunstâncias «meios» tais como a violência e a morte. Da mentira nem é preciso falar! A guerra é tão inconcebível sem mentiras como a máquina sem lubrificação. Apenas com o fito de proteger as Cortes contra as bombas fascistas, o governo de Barcelona enganou várias vezes deliberadamente os jornalistas e a população. Poderia fazer coisa diferente? Quem quer o fim (a vitória sobre Franco) tem também que querer os meios (a guerra civil com o seu cortejo de horrores e de crimes).

Contudo, a mentira e a violência não serão condenáveis «em si»? Com certeza, são tão condenáveis como a sociedade dividida em classes que a gera. Escusado será dizer que a sociedade sem classes não terá em si mentira nem violência. Mas para lançarmos a ponte que nos une a essa sociedade teremos forçosamente que recorrer à mentira e à violência. A revolução é ela própria produto da sociedade dividida em classes cujas marcas traz necessariamente consigo. Do ponto de vista das «verdades eternas», a revolução

é naturalmente «imoral» facto que apenas nos ensina que a moral idealista é contra-revolucionária, quer dizer, se encontra ao serviço dos exploradores. «Mas a guerra civil — dirá talvez o filósofo, apanhado desprevenido — é uma excepção penosa. Em tempos de paz, um movimento socialista saudável deverá dispensar a mentira e a violência». Isto não passa de uma piedosa escapatória. Não há fronteiras intransponíveis entre a luta de classes pacífica e a revolução. Cada greve contém em si, em germe, todos os elementos da guerra civil. Os dois partidos em presença esforçam-se por dar um ao outro uma ideia exagerada do seu grau de resolução e dos seus recursos. Graças à sua imprensa, aos seus agentes e aos seus bufos, os capitalistas procuram intimidar e desmoralizar os grevistas. Quando a persuasão se mostra inoperante, os piquetes de greve, pelo seu lado, vêem-se obrigados a recorrer à força. Vemos assim que a «mentira e coisas piores» são inseparáveis da luta de classe já na sua forma embrionária. Resta acrescentar que as noções de verdade e de mentira nasceram das contradições sociais.

A revolução e os reféns

Estaline manda prender e fuzilar os filhos dos seus adversários, que haviam já sido fuzilados com base em acusações falsas. As famílias servem-lhe de reféns para obrigar a regressar do estrangeiro os diplomatas soviéticos susceptíveis de emitirem qualquer dúvida sobre a probidade de Iagoda ou de Ejov. Os moralistas de «Neuer Weg» julgam-se na obrigação de

recordar a este respeito que «também» Trotsky, em 1919, se utilizou de uma lei sobre os reféns. Mas há que citar textualmente: «A prisão de famílias inocentes por parte de Estaline é duma barbárie revoltante. Também era uma acção bárbara quando ordenada por Trotsky (1919)». Eis aqui, em verdade, a moral idealista em toda a sua beleza! Os seus critérios são tão enganosos como as normas da democracia burguesa: supõe-se que entre os dois casos existe uma igualdade, quando não há sombra disso.

Não insistamos aqui no facto de que o decreto de 1919 não levou provavelmente à execução de nenhum membro das famílias dos generais cujas traições nos custaram vidas sem número e ameaçavam matar a revolução. No fundo, não se trata disso. Se, desde início, a revolução tivesse dado mostras de menor quantidade de inútil generosidade, talvez se tivessem poupado subsequentemente milhares de vidas. Seja como for, assumo plenamente todas as responsabilidades relativas ao decreto de 1919. Foi uma medida necessária na luta contra os opressores. Este decreto, tal como toda a guerra civil, que também se poderia qualificar a justo título de «revoltante barbárie», não tem outra justificação histórica que não sejam o objecto histórico da luta.

Deixemos Emil Ludwig e quejandos entregues ao cuidado de nos pintarem um retrato de Abraham Lincoln aureolado com pequenas asas cor de rosa. A importância de Lincoln provém do facto de não ter recuado perante a aplicação das medidas mais rigorosas, quando foram necessárias, para atingir o grande objectivo histórico ditado pelo desenvolvimento do jovem povo americano. A questão não está sequer em

saber-se qual dos dois beligerantes sofreu ou infligiu mais pesadas perdas. A História tem medidas diferentes para as crueldades dos sulistas e dos nortistas na guerra de secessão dos Estados Unidos. Que desprezíveis eunucos virão agora defender que, perante a moral, o escravagista que, pela astúcia e a violência, agrilhoa um escravo é igual ao escravo que pela astúcia e a violência quebra os seus grilhões?!

Quando a Comuna de Paris foi afogada em sangue e a canalha reaccionária de todo o mundo começou a arrastar a sua bandeira na lama, houve numerosos filistinos democratas que se juntaram à reacção na condenação dos «communards» que tinham executado 64 reféns — entre os quais o arcebispo de Paris. Marx não hesitou um instante em tomar a defesa desta sangrenta acção da Comuna. Numa circular do Conselho Geral da Internacional, Marx recorda — e dir-se-ia que dessas linhas se desprende um rumor de lava fervilhante — que a burguesia utilizou o sistema dos reféns na luta contra os povos coloniais e na luta contra o seu próprio povo. Falando seguidamente das execuções metódicas dos Communards prisioneiros, escreve: «Para defender a vida dos seus combatentes prisioneiros, à Comuna só restava o recurso da tomada de reféns, de que os Prussianos eram useiros e vezeiros. A vida dos reféns perdeu-se e voltou-se a perder ao facto de os Versalheses continuarem a fuzilar os seus prisioneiros. Teria sido possível poupar os reféns, após a horrível carnificina com que os pretorianos de Mac-Mahon assinalaram a sua entrada em Paris? O último contrapeso à selvajaria do governo burguês — a tomada de reféns — não passaria de irrisão?» Tal foi a linguagem de Marx a respeito da

execução dos reféns, e isto mau grado a grande quantidade de Fenner Brockway, Norman Thomas, Otto Bauer e quejandos que se encontravam por detrás dele no Conselho Geral da Internacional. A indignação do proletariado internacional perante as atrocidades cometidas pelos Versalheses era ainda tão grande que os parlapatões revolucionários preferiram calar-se, aguardando que lhes fossem mais favoráveis — e infelizmente, esses tempos não se fizeram esperar. Os moralistas pequeno-burgueses unidos aos funcionários das Trade-Unions e aos verbosos anarquistas só torpedearam a Primeira Internacional quando a reacção já tinha triunfado decididamente.

Quando a revolução de Outubro resistia às forças reunidas do imperialismo numa frente de 8 000 quilómetros, os operários de todos os países seguiam essa luta com uma simpatia tão ardente que teria sido arriscado denunciar à sua frente a tomada de reféns como uma «barbárie revoltante». Foi necessária a degenerescência total do Estado soviético e o triunfo da reacção em diversos países para que os moralistas saíssem da toca... e acorressem em socorro de Estaline. Com efeito, se as medidas de repressão tomadas para defender os privilégios da nova aristocracia têm o mesmo valor moral que as medidas revolucionárias tomadas na luta libertadora Estaline encontra-se perfeitamente justificado a menos que... a Revolução proletária seja condenada em bloco.

Os senhores moralistas, ao mesmo tempo que procuram exemplos de imoralidade na guerra civil russa, são obrigados a fechar os olhos ao facto de a guerra civil de Espanha também ter restabelecido a lei dos reféns, pelo menos no período em que houve uma

verdadeira revolução das massas. Se os detractores ainda não tomaram a liberdade de condenarem a «revoltante barbárie» dos operários espanhóis, isso deve-se exclusivamente ao facto de o terreno da península ibérica lhes queimar demasiado os pés. É-lhes muito mais cómodo voltar a 1919: trata-se já de História. Os velhos já tiveram tempo de esquecer, os jovens ainda não tiveram tempo de aprender. Pela mesma razão, os Fariseus de todas as nuances não se fartam de repisar com tanta obstinação os casos de Kronstadt e de Makhno, relativamente aos quais as secreções morais podem correr sem entraves.

A moral dos Cafres

A História segue caminhos cruéis; nisto há que convir, juntamente com os moralistas. Mas que conclusão tirar daqui no respeitante à actividade prática? Léon Tolstoi recomendava aos homens que fossem simples e melhores. O mahatma Gandhi aconselhava-os a beberem leite de cabra. Infelizmente, os moralistas de «Neuer Weg» não andam muito longe deste tipo de receitas, pois pregam: «Devemos libertar-nos dessa moral de Cafres para a qual só pode ser mau o que o inimigos faz...» Admirável conselho. «Devemos libertar-nos...» Tolstoi recomendava-nos também que nos libertássemos do pecado da carne, mas a estatística não nos revela que a sua propaganda tivesse sido coroada de êxito. Os nossos homúnculos centristas conseguiram elevar-se aos cumes da moral superior às classes, numa sociedade dividida em classes. Mas

eis que já dois mil anos são passados desde que alguém disse «Amai os vossos inimigos» e, contudo, nem o próprio Santo Padre de Roma se libertou do ódio dos seus inimigos. Em verdade, em verdade, o Diabo, esse inimigo do género do humano, é muito poderoso!

Aplicar critérios diferentes às acções dos exploradores e dos explorados, seria, segundo estes pobres homúnculos, descermos ao nível da «moral dos Cafres». Começemos por nos perguntarmos a nós próprios se será de «socialistas» professar tal desprezo pelos Cafres. Será a moral dos Cafres realmente tão detestável? Eis o que dela diz a «Enciclopédia Britânica»:

«Nas suas relações sociais e políticas, os Cafres dão mostras de muito tacto e inteligência; são extremamente bravos, belicosos e hospitaleiros; foram honestos e verdadeiros até que o contacto com os Brancos os tornou desconfiados, vingativos e ladrões, até que, além disso, assimilaram a maior parte dos vícios dos Europeus». Não podemos deixar de concluir que os missionários brancos, pregadores da moral eterna, contribuíram para a corrupção dos Cafres.

Se contássemos a um trabalhador cafre que os operários de um ponto qualquer do planeta se tinham insurgido, colhendo os seus opressores de surpresa, certamente que ele se alegraria com o facto. Em contrapartida, ficaria desolado se viesse a descobrir que os opressores tinham conseguido lograr os oprimidos. O Cafre, que os missionários não conseguiram corromper até à medula dos ossos, não consentirá nunca que se apliquem as mesmas normas de moral abstracta aos opressores e aos oprimidos. Em contrapartida, se lho explicarem, compreenderá muito bem que es-

sas normas têm por objectivo entravar a revolta dos oprimidos contra os opressores.

Edificante coincidência: os missionários da «Neuer Weg», para caluniarem os bolcheviques, tiveram que caluniar também os Cafres; e, em ambos os casos, a calúnia segue o curso da mentira oficial burguesa: contra os revolucionários e contra os povos de cor.

Decididamente, preferimos os Cafres a todos os missionários religiosos ou laicos! Mas não subestimemos o grau de consciência dos moralistas da «Nova Via» e de outros becos sem saída. As suas intenções não são tão más como isso, pois é ao seu arripio que eles servem de alavancas na engrenagem da reacção. Num época como a nossa, quando os partidos pequeno-burgueses se agarram fervorosamente à burguesia ou à sua sombra (política das Frentes Populares), paralisam o proletariado e desbravam o caminho do fascismo (Espanha, França...) os bolcheviques, quer dizer, os marxistas revolucionários, tornam-se particularmente odiosos à opinião pública burguesa. Hoje em dia, é da direita para a esquerda que se faz sentir a mais forte pressão política. Em última instância, todo o peso da reacção pesa sobre os ombros de uma pequena minoria revolucionária. Esta minoria revolucionária chama-se Quarta Internacional. Eis o inimigo!

Na engrenagem da reacção, o estalinismo ocupa um bom número de posições dominantes. Duma ou doutra forma, todos os agrupamentos da sociedade burguesa, incluindo os anarquistas, recorrem à sua ajuda contra a revolução proletária. Durante este tempo, os democratas pequeno-burgueses tentam rejeitar, pelo menos na proporção de 50%, o odioso dos crimes do seu aliado moscovita para as costas da

irreductível minoria revolucionária. Tal é o significado do ditado que passou a estar na moda: «Trotsquismo e estalinismo são idênticos». Os adversários dos bolcheviques e dos Cafres auxiliam assim a reacção a cobrir de calúnias o partido da revolução.

O amoralismo de Lenine

Os socialistas revolucionários russos foram sempre os homens mais morais deste mundo; no fundo, no fundo, eram ética pura. Tal não os impediu de enganarem os camponeses durante a revolução. Um dentre eles, Zenzinov, escreve no órgão parisiense de Kerensky — esse socialista ético que foi precursor de Estaline na fabricação de falsidades contra os bolcheviques: «Como se sabe, Lenine ensinava que, para atingir o fim que se atribuem os bolcheviques podem e por vezes devem, «utilizar diversos estratagemas, como o silêncio e a dissimulação da verdade»...» (Novaya Rossiia, 17 de Fevereiro de 1938).

Desventuradamente, este detractor tão moral nem sequer sabe apresentar honestamente uma citação. Lenine escreveu: «Há que saber consentir tudo, todos os sacrifícios e inclusivamente — em caso de necessidade — utilizar estratagemas variados, astúcias, processos ilegais, silêncio, a dissimulação da verdade para penetrar nos sindicatos, neles permanecer, neles prosseguir a todo o custo a acção comunista». A necessidade de utilizar os estratagemas e astúcias, segundo a explicação de Lenine, decorria do facto de a burocracia reformista, ao entregar os operários ao capital, perseguir os revolucionários e chegar até a apelar

à polícia contra eles. A «astúcia» e «a dissimulação da verdade», na ocorrência, mais não são do que meios de legítima defesa contra a perfídia da burocracia reformista.

O partido de Zenzinov combateu noutros tempos, na ilegalidade, o antigo regime e posteriormente, o bolchevismo. Em ambos os casos, utilizou astúcias, estratagemas, falsos passaportes e outras formas de «dissimulação da verdade». Todos estes meios eram por ele considerados não só morais, mas também heróicos, pois correspondiam aos fins da democracia pequeno-burguesa. Mas a situação modifica-se imediatamente a partir do momento em que os revolucionários se vêem obrigados a recorrer aos meios da ilegalidade contra essa democracia. A chave da ética destes senhores está, como vemos; no seu espírito de classe!

O «amoralista» Lenine recomenda abertamente, à luz do dia da imprensa, que se utilizem as táticas da guerra para com os dirigentes que traem o movimento operário. O moralista Zenzinov trunca deliberadamente esse texto, dos dois lados, a fim de enganar os seus leitores. Como é costume, o detractor tão moral não passa de um trapaceiro sem escrúpulos. Lenine tinha razão em repetir que é terrivelmente difícil encontrar um adversário de boa fé!

O operário que não oculta ao capitalista a «verdade» sobre as intenções dos grevistas não passa de um traidor que apenas merece o desprezo e o boicote. O soldado que comunica a «verdade» ao inimigo é punido como espião. O próprio Kerensky tentou acusar fraudulentamente os bolcheviques de terem comunicado a «verdade» a Ludendorff. Assim, a «Santa Ver-

dade» não seria um fim em si? Como a análise demonstra, a verdade é dominada por critérios imperativos que decorrem do espírito de classe.

A luta mortal não se concebe sem tática de guerra, ou, por outras palavras, sem mentira e enganar. Os proletários alemães podem deixar de enganar a polícia de Hitler? Os bolcheviques soviéticos faltariam à moral se enganassem a GPU? O honesto burguês aplaude a habilidade do polícia que, pela astúcia, consegue apoderar-se dum perigoso gangster. E então, já não seria permitido utilizar a astúcia quando se trata de derrubar os gangsters do imperialismo?

Norman Thomas fala do «estranho amoralismo comunista para o qual nada importa, a não ser o partido e o seu poder» («that strange Communist amorality in which nothing matters but the Party and its power» — «Socialist Call», 12 de Março de 1938). Deste passo, Norman Thomas confunde o actual Komintern, isto é, o complot internacional da burocracia estalinista contra a classe operária, com o partido bolchevique, que encarnava o complot dos operários avançados contra a burguesia. Já refutámos suficientemente mais acima esta identificação totalmente desonesta. O estalinismo limita-se a camuflar-se por meio do culto do partido; na realidade, destrói o partido e arrasta-o na lama. Mas é verdade que, para o bolchevique, o partido é tudo. Esta atitude do revolucionário para com a revolução espanta e causa repulsa ao socialista de salão que não passa de um burguês aparelhado com um «ideal» socialista. Aos olhos de Norman Thomas e quejandos, o partido não é mais do que o instrumento de combinações eleitorais e outras semelhantes. A vida privada do homem, as suas relações, os seus interesses, a

sua moral são exteriores ao partido. N. Thomas considera com uma aversão mesclada de espanto o bolchevique para o qual o partido é um instrumento da transformação revolucionária da sociedade e inclusivamente da moral; no marxismo revolucionário, não poderá haver contradição entre a moral pessoal e os interesses do partido, pois o partido abarca na sua consciência as tarefas e os fins mais elevados da humanidade. Seria ingénuo acreditar depois disto que o sr. Thomas tem noções mais elevadas sobre a moral do que os marxistas. Não: apenas tem uma ideia muito mais baixa do partido.

«Tudo o que nasce merece perecer», disse o dialéctico Hegel. A morte do partido bolchevique — episódio da reacção mundial — não diminui a importância desse partido na História da Humanidade. Na época da sua ascensão revolucionária, quer dizer, quando representava realmente a sua vanguarda proletária, foi o partido mais honesto da História. Quando pôde, enganou naturalmente a classe inimiga; depois disse a verdade aos trabalhadores, toda a verdade, nada mais do que a verdade. Foi graças a isso, e apenas graças a isso, que conquistou a sua confiança como nenhum outro partido no mundo.

Os caixeiros-viajantes das classes dirigentes tratam o construtor desse partido de «imoralista». Aos olhos dos operários conscientes, esta acusação só o honra. Significa que Lenine se recusava com sobranceira a admitir as normas da moral estabelecidas pelos esclavagistas para os seus escravos — normas essas que os esclavagistas nunca observaram: significa que Lenine convidava o proletariado a estender a luta de classes ao domínio da moral. Aquele que se curva

perante as regras estabelecidas pelo inimigo nunca vencerá!

O «amoralismo» de Lenine, quer dizer, a sua recusa em admitir uma moral superior às classes, não o impediu de permanecer durante toda a vida fiel ao mesmo ideal; de se entregar inteiramente à causa dos oprimidos, de se mostrar altamente escrupuloso na esfera das ideias e intrépido na acção; de não patentear a mínima auto-suficiência para com o «simples operário», para com a mulher sem defesa e a criança. Não se torna manifesto que, neste caso, o amoralismo é sinónimo de uma moral humana mais elevada?

Um episódio edificante

Será sem dúvida útil relatar aqui um episódio que, embora de pouca importância por si mesmo, ilustra com bastante eloquência a diferença entre a moral «deles» e «a nossa». Em 1935, numa série de cartas aos meus amigos belgas, desenvolvi a ideia segundo a qual um jovem partido revolucionário que tentasse criar os «seus próprios» sindicatos corria para o suicídio. Há que ir procurar os operários onde se encontram. Mas isso significa quotizarmo-nos para alimentar um aparelho oportunista? É evidente que sim, respondia eu, o direito de socavar os reformistas paga-se. Mas os reformistas não nos impedirão de levar a cabo um trabalho de sapa contra eles? Evidentemente, voltava a responder eu, o trabalho de sapa exige algumas precauções conspirativas. Os reformistas constituem a polícia política da burguesia no seio da classe operária. Há que saber agir sem a sua permissão e apesar das

ordens da GPU, convidar o agente norueguês da mesma GPU, Jacob Friese, burguês sem honra nem consciência, a caluniar-me muito especialmente. Mas basta...

A moral destes senhores consiste em algumas regras convencionais e em processos oratórios destinados a encobrir os seus interesses, os seus apetites, os seus temores. Na sua maioria, estão prontos a todas as baixezas — a renegar aquilo que crêem, à perfídia, à traição — por ambição e lucro. Na esfera sagrada dos interesses pessoais, os fins justificam todos os meios. É justamente por isso que necessitam de um código moral particular, simultaneamente prático e elástico, como os bons suspensórios; detestam quem quer que descubra perante as massas os seus segredos profissionais. Em tempo de paz, o seu ódio exprime-se por meio de injúrias, vulgares ou «filosóficas». Quando os conflitos sociais revestem a forma mais aguda, como aconteceu em Espanha, estes moralistas exterminam os revolucionários, de concerto com a GPU. Depois, para se justificarem, repetem que «o trotsquismo e o estalinismo são uma e a mesma coisa».

Interdependência dialéctica entre os fins e os meios

Os meios só podem ser justificados pelos fins. Mas os fins também têm que ser justificados. Do ponto de vista do marxismo, que exprime os interesses históricos do proletariado, os fins justificam-se se conduzi-

rem ao aumento do poder do homem sobre a natureza e à abolição do poder do homem sobre o homem.

Quererá isto dizer que para atingir esse fim tudo é legítimo? — perguntar-nos-à sarcasticamente o filistino, mostrando que nada compreendeu. Nós responderemos: é legítimo tudo aquilo que conduz realmente à libertação dos homens. Como este fim só pode ser obtido por vias revolucionárias, a moral emancipadora do proletariado possui necessariamente um carácter revolucionário. Assim como se opõe aos dogmas da religião, opõe-se também irredutivelmente a quaisquer fetiches do idealismo, esses polícias filosóficos da classe dominante, e deduz as regras de comportamento das leis do desenvolvimento social, quer dizer, antes do mais à luta de classes.

O moralista volta a insistir:

«Será que na luta de classes contra o capitalismo todos os meios são permitidos? A mentira, a falsificação, o assassinato, etc?».

Nós respondemos-lhe: só são admissíveis e obrigatórios os meios que aumentem a coesão do proletariado, lhe insuflam na alma um ódio inextinguível pela opressão, lhe ensinam a desprezar a moral oficial e os seus seguidores democratas, o impregnam com a consciência da sua própria missão histórica, aumentam a sua coragem e a sua abnegação. Daqui decorre precisamente que nem todos os meios são legítimos. Quando dizemos que os fins justificam os meios, resulta daqui para nós que o grande fim revolucionário rejeita, de entre os meios possíveis, os processos e os métodos indignos que erguem uma parte da classe operária contra as outras; ou que tentam fazer a felicidade das massas sem o seu próprio concurso; ou que

diminuem a confiança das massas nelas próprias e na sua organização, substituindo-a pela adoração dos «chefes». Acima de tudo, irredutivelmente, a moral revolucionária condena o servilismo relativamente à burguesia, quer dizer, um dos traços mais profundos da mentalidade dos pedantes e dos moralistas pequeno-burgueses.

Estes critérios não dizem, escusado será dizer, o que é legítimo ou inadmissível em dada situação. Não pode haver tais respostas automáticas. As questões de moral revolucionária confundem-se com as questões de estratégia ou de tática revolucionária. A experiência viva do movimento, iluminada pela teoria, dá-lhes a resposta justa.

O materialismo dialéctico não separa os fins dos meios. Os fins deduzem-se muito naturalmente do devir histórico. Os meios encontram-se organicamente subordinados aos fins. Os fins imediatos tornam-se meios dos fins ulteriores... No seu drama «Franz von Sickingen», Ferdinand Lassalle põe na boca dum personagem o seguinte:

Não mostres apenas o objectivo,
Mostra também o caminho,
Pois o caminho e o objectivo estão tão unidos
Que um se muda com o outro e se move com ele
E que um novo caminho desvenda um novo
objectivo.

Os versos de Lassalle são bastante imperfeitos, e inclusivamente, o que ainda é mais lastimável, o autor desviou-se na sua política prática da regra a que assim dava expressão: sabe-se que chegou a estabelecer

negociações ocultas com Bismarck. Mas nestes quatro versos encontra-se bem expressa a interdependência entre os fins e os meios. É preciso semear um grão de trigo para obter uma espiga de trigo.

O terrorismo individual será admissível ou não do ponto de vista da «moral pura»? Sob esta forma abstracta, a questão é para nós totalmente ociosa. Os burgueses conservadores suíços continuam a prestar homenagens oficiais ao terrorista Guilherme Tell. As nossas simpatias vão sem reservas para os terroristas irlandeses, russos, polacos, hindus que combatem um jugo político e nacional. Kirov, que era um sátrapa brutal, não suscita em nós nenhuma compaixão. Só nós mantemos a neutralidade relativamente a quem o matou porque desconhecemos os seus móbeis. Se viéssemos a saber que Nikolaev atacou conscientemente, no desígnio de vingar os operários cujos direitos Kirov espezinhava, as nossas simpatias dirigir-se-iam sem reservas para o terrorista. Mas o que decide a nossos olhos o móbil subjectivo é a utilidade objectiva. Determinado meio pode conduzir-nos a determinado fim? Relativamente ao terrorismo individual, a teoria e a experiência atestam o contrário. Nós dizemos ao terrorista: não é possível substituir as massas; o teu heroísmo só encontrará uma aplicação útil no seio dum movimento de massas. Nas condições de uma guerra civil, o assassinato de alguns opressores deixa de ser terrorismo individual. Se um revolucionário fizesse ir pelos ares o general Franco e o seu Estado-Maior, duvidamos que esse acto pudesse suscitar a indignação moral, mesmo entre os eunucos da democracia. Em tempo de guerra civil, um acto deste género seria politicamente útil. Assim, na questão mais grave

— a do homicídio — as regras morais absolutas são totalmente inoperantes. O juízo moral é condicionado pelas necessidades interiores da luta, tal como o juízo político.

A emancipação dos operários não pode ser obra senão dos próprios operários. Por conseguinte, não há pior crime do que o que consiste em enganar as massas, em fazer passar as derrotas por vitórias, os amigos pelos inimigos, em comprar chefes, em fabricar lendas, em montar processos fraudulentos — numa palavra, em fazer o que fazem os estalinistas. Estes meios só podem servir para um fim: prolongar a dominação duma camarilha já condenada pela História. Não podem servir para a emancipação das massas. Eis por que razão a IV^a Internacional trava uma batalha mortal contra o estalinismo.

Escusado será dizer que as massas não estão limpas do pecado. Não nos sentimos inclinados para as idealizar. Vimo-las em circunstâncias variadas, em diversas etapas, em meio às maiores convulsões e revoluções. Observámos as suas fraquezas e as suas qualidades. Eis as suas qualidades: a decisão, a abnegação, o heroísmo, encontravam sempre a sua mais alta expressão nos períodos de surto revolucionário. Nesses momentos, os bolcheviques encontravam-se à cabeça das massas. Outro capítulo da História se abriu então, em que se revelaram as fraquezas dos oprimidos: a sua heterogeneidade, a sua falta de cultura, os seus horizontes limitados. Fatigadas, desiludidas, as massas sucumbiram, perderam a fé em si mesmas e cederam lugar a uma nova aristocracia. Neste período, os bolcheviques (os «trotsquistas») encontraram-se isolados das massas. Percorremos pra-

ticamente dois períodos semelhantes ; 1897-1905, anos de fluxo; 1907-1913, anos de refluxo; 1917-1923, anos marcados por um ascenso sem precedentes na História, e posteriormente, um novo período de reacção, que ainda não terminou. Graças a estes acontecimentos, os «trotskistas» aprenderam a conhecer o ritmo da História, por outras palavras, aprenderam a conhecer a dialéctica da luta de classes. Aprenderam e, parece-me, conseguiram subordinar a esse ritmo os seus desejos subjectivos e os seus programas. Aprenderam a não desesperar pelo facto de as leis da História não dependerem dos nossos gostos pessoais ou dos nossos critérios morais. Aprenderam a subordinar os seus gostos individuais a essas leis. Aprenderam a não temerem os inimigos mais poderosos se o poderio desses inimigos se encontrar em contradição com as exigências do desenvolvimento histórico. Sabem progredir contra-a-corrente, com a convicção profunda de que novo afluxo histórico de renovada energia os levará na crista das ondas à outra margem. Nem todos; muitos naufragarão pelo caminho. Mas participar no movimento com os olhos abertos, com uma vontade tensa, tal é a satisfação moral por excelência que pode alguma vez ser dada a um ser pensante!

P.S.: Escrevia estas linhas sem saber que, durante esse tempo, o meu filho lutava contra a morte. Dedico à sua memória este curto trabalho que, espero, teria merecido a sua aprovação: pois Léon Sedov era um revolucionário autêntico e desprezava os fariseus.

Coyoacan, 16 de Fevereiro de 1938.



APÊNDICES



A MORAL DELES E A NOSSA

tradução de
VICTOR SERGE

Trata-se de um livro escrito muito recentemente. Para Trotsky não há moral em si, não há moral ideal ou moral eterna. A moral é relativa a cada sociedade, a cada época, relativa sobretudo aos interesses das classes sociais.

No momento actual, a maior parte dos países vivem sujeitos a uma moral burguesa. Nos países de democracia liberal, os interesses da burguesia encontram-se mascarados sob uma moral ideal, conforme aos interesses bem compreendidos da burguesia.

A verdadeira moral deve defender os interesses da própria humanidade, representada pelo proletariado. Trotsky pensa que o seu partido, que já esteve no poder e que hoje se encontra na oposição, representou sempre o verdadeiro proletariado e que ele próprio representou a verdadeira moral.

Conclui daqui, por exemplo, o seguinte: fuzilar reféns é acto que assume significados completamente dife-

rentes, consoante a ordem for dada por Estaline, ou por Trotsky, ou pela burguesia. Essa ordem é moralmente válida se tiver por objectivo e por efeito tático a vitória revolucionária da classe proletária. Assim, Trotsky *defende* o decreto que promulgou em 1919 e que autorizava o sistema dos reféns (mulheres e filhos dos adversários...) mas julga abominável este sistema quando aplicado por Estaline (que, por exemplo, para obrigar um diplomata a regressar à Rússia, ameaça a sua família), porque Estaline age assim para defender a burocracia contra o proletariado.

Apoiando-se em Lenine, Trotsky declara que: *os fins justificam os meios* (desde que os meios não sejam inúteis; exemplo, em geral, o terrorismo individual é inútil); nenhum cinismo nesta atitude, mas, diz o autor, simples constatação dos factos. Trotsky declara ter destes factos uma consciência aguda, que constitui o *seu sentido moral*.

O conteúdo desta obra não é sem dúvida inteiramente novo, mas nunca foi expresso com tanta clareza, nem formulado tão nitidamente. Para toda uma categoria de intelectuais e escritores de esquerda a astúcia e a violência em si são sempre coisas más, que só podem gerar o mal. Para Trotsky, quando são postas ao serviço de um fim justificado, a astúcia e a violência devem ser empregadas sem hesitação, representando nessas circunstâncias, pelo contrário, o bem.

MORALISTAS E SICOFANTAS CONTRA O MARXISMO

Os traficantes de indulgências e os seus aliados socialistas ou um cuco em ninho alheio

Por Léon Trotsky

O panfleto *A Moral Deles e a Nossa* teve pelo menos o mérito de haver obrigado certos filistinos e sicofantas a desmacararem-se completamente. Os primeiros recortes da imprensa francesa e belga que me chegaram às mãos atestam-no. O mais claro no género é a recensão surgida no jornal católico parisiense *La Croix*. Estes Senhores têm o seu próprio sistema e não têm vergonha nenhuma de o defender: defendem a moral absoluta, e, em primeiro lugar, o algoz Franco — é a vontade de Deus. Por detrás deles segue um Higienista Celeste que recolhe e limpa todas as porcarias e todo o lixo que deixam atrás de si. Não é de espantar que condenem como desprezável a moral de revolucionários que assumem pessoalmente

a sua própria responsabilidade. Neste momento, o que nos interessa, não são os traficantes de indulgências, mas os moralistas que dispensam Deus, ao mesmo tempo que procuram substituí-lo por si próprios.

O jornal «socialista» bruxelense *Le Peuple* — onde vai esconder-se a virtude! — não viu nada no meu livro para além de uma receita criminosa para formar células secretas com vista ao mais imoral de todos os objectivos: o de socavar o prestígio e os rendimentos da burocracia operária belga. É claro que se poderia retorquir que tal burocracia está maculada por inúmeras traições e puras escroquérias (bastar-nos-ia recordar a história do *Banco Operário!*), que essa mesma burocracia asfixia todo e qualquer lampejo de pensamento crítico na classe operária, que, na sua moral prática, ela não é em nada superior à sua aliada política, a hierarquia católica. Mas, antes do mais, só pessoas muito mal educadas mencionariam tais coisas desagradáveis; em segundo lugar, todos estes senhores, sejam quais forem os seus pecados veniais, fazem grandes provisões dos mais altos princípios de moral. Henri de Man vela pessoalmente por isso e, ante a sua elevada autoridade, nós, os bolcheviques, não poderemos naturalmente esperar nenhuma indulgência.

Antes de passarmos a outros moralistas, detenhamo-nos por um momento num *prière d'insérer* publicado pelos editores franceses do nosso livrinho. Pela sua própria natureza, um *prière d'insérer* recomenda um livro, ou, pelo menos, descreve objectivamente o seu conteúdo. Aquele que nos aparece pela frente é um prospecto de tipo inteiramente diferente. Bastaria dar um só exemplo: «Trotsky pensa que o seu partido, que

já esteve no poder e que hoje se encontra na oposição, representou sempre o verdadeiro proletariado e que ele próprio representou sempre a verdadeira moral. Conclui daqui por exemplo, o seguinte: fuzilar reféns é acto que assume significados completamente diferentes consoante a ordem for dada por Estaline, ou por Trotsky...» A citação é perfeitamente suficiente para caracterizar o comentador que se encontra nos bastidores. O autor tem o direito incontestável de controlar o *prière d'insérer* do seu livro. Mas, como, no caso que nos ocupa, o autor se encontrava na altura do outro lado do mar, um «amigo», aproveitando-se aparentemente da falta de informação do editor, consegue infiltrar-se no ninho alheio e nele depositar o seu ovinho —oh! um ovinho muito pequeno, quase virginal. Quem é o autor deste *prière d'insérer*? Victor Serge, que traduziu o livro e que é também o seu crítico mais severo, poderia facilmente dar-nos a informação. Não ficaria surpreendido se se viesse a descobrir que o prospecto tinha sido escrito... não por Victor Serge, é claro, mas por um discípulo que imitasse tão bem as ideias como o estilo do mestre. Mas, talvez, no fim de contas, quem o escreveu tenha sido o próprio mestre, quer dizer, Victor Serge, na qualidade de «amigo» do autor.

«Moral de Hotentote!»

Suvarine e outros sicofantas lançaram imediatamente mão desta declaração do *prière d'insérer*, o que lhes poupou o trabalho de escogitarem sofismas envenenados. Se Trotsky faz reféns, está bem; se é Estali-

ne quem o faz, está mal. Face a tal «moral de Hotentote» não é difícil arvorar uma nobre indignação. Contudo, nada é mais fácil do que demonstrar, com base em exemplo muito recente, o vazio e a falsidade desta indignação. Victor Serge tornou-se publicamente membro do POUM (Partido Operário de Unidade Marxista), partido catalão que tinha as suas próprias milícias na frente, durante a guerra civil. Na frente de batalha, como se sabe, fuzila-se e mata-se. Poderemos portanto dizer: «Para Victor Serge, os massacres têm sentidos muito diferentes, consoante a ordem provier do general Franco, ou dos dirigentes do próprio partido de Victor Serge». Se o nosso moralista tivesse tentado reflectir um pouco sobre o significado dos seus próprios actos, antes de se abalançar a instruir os outros, teria provavelmente dito o seguinte: mas os trabalhadores espanhóis lutavam pela emancipação do povo, enquanto os bandos de Franco lutavam por reduzi-lo à escravidão! Serge não poderá inventar outra resposta. Por outras palavras, terá que repetir o «argumento de Hotentote»¹ de Trotsky sobre os reféns.

Ainda a propósito de reféns

No entanto, é possível e até provável que os nossos moralistas se recusem a dizer francamente o que se passa e tentem tergiversar: «matar na frente de batalha,

¹ Não nos demoraremos, aqui, sobre o hábito miserável que consiste em referir-se com desprezo aos Hotentores a fim de dar ainda mais relevo à moral dos escravagistas brancos. O panfleto já tratou suficientemente essa questão.

é uma coisa; fuzilar reféns, é outra muito diversa!» Como demonstraremos, este argumento é totalmente estúpido. Mas detenhamo-nos por um instante no terreno escolhido pelo nosso adversário. Dizeis então que o sistema dos reféns é imoral «em si»? Bom: era isso que queríamos saber. Mas este sistema foi praticado no decurso de todas as guerras civis da História antiga e moderna. É evidente que decorre da própria natureza da guerra civil. Só poderemos tirar uma conclusão daqui, a saber, a de que a própria natureza da guerra civil é imoral. É esse o ponto de vista do jornal *La Croix* que estima que é necessário obedecer aos poderes instituídos, pois o poder emana de Deus. E Victor Serge? Não tem nenhum ponto de vista ponderado e assente: depositar um ovinho em ninho alheio é uma coisa, definir a própria posição perante problemas históricos complexos, é outra muito diversa! Admito de bom grado que pessoas de moralidade tão transcendente como Azaña, Caballero, Negrin e Companhia, se oponham a que se façam quaisquer reféns no campo fascista: dos dois lados há burgueses, ligados entre si por laços materiais e familiares, e convictos de que, em caso e derrota, não só se salvarão, como preservarão também os seus meios de subsistência. À sua maneira, têm razão. Mas os fascistas, pelo seu lado, aprisionaram reféns entre os revolucionários proletários e, pelo seu lado, os revolucionários fizeram reféns na burguesia fascista, pois sabiam que ameaça representaria para si e para os seus irmãos de classe uma derrota mesmo parcial e temporária.

Victor Serge, quanto a ele, não sabe dizer exactamente o que quer: purgar a guerra civil do sistema dos reféns, ou purgar a história humana da guerra civil?

Sendo incapaz de abordar os fenómenos nas suas relações internas, o moralista pequeno-burguês pensa de maneira episódica, fragmentária, desgarrada. Artificialmente isolada, a questão dos reféns é, para ele, um problema «particular» independente das condições gerais que geram as lutas armadas entre as classes. A guerra civil é a expressão suprema da luta de classes. Tentar subordiná-la a «normas» abstractas significa, de facto, desarmar os trabalhadores face a um inimigo armado até aos dentes. O moralista pequeno-burguês é o irmão mais novo do pacifista burguês que deseja «humanizar» a guerra, proibindo a utilização de gases tóxicos, o bombardeamento de cidades abertas, etc. Politicamente, tais programas só servem para desviar as massas de pensarem na revolução como único meio de pôr fim à guerra.

O medo à opinião pública burguesa

Ensarihado nestas contradições, o moralista poderia talvez argumentar que uma luta «aberta» e «consciente» entre os dois campos é uma coisa, mas que a captura de não-participantes nessa luta é outra. Contudo, este argumento não é mais do que uma miserável e estúpida escapatória. No campo de Franco batiam-se dezenas de milhar de homens enganados e recrutados à força. Os exércitos republicanos dispararam sobre esses infelizes captivos de um general reaccionário e mataram muitos desses homens. Seria moral ou imoral isto? E mais: a guerra moderna, com a sua artilharia de longo alcance, com o seu cortejo de destruições, de fome, de incêndios e epidemias, impli-

ca inevitavelmente a perda de centenas de milhar e de milhões de indivíduos, incluindo velhos e crianças, que não participam directamente na luta. As pessoas detidas como reféns encontram-se pelo menos ligadas por laços de classe e de solidariedade familiar a um dos campos, ou aos dirigentes desse campo. Fazendo reféns, pode-se proceder a uma selecção consciente. Um projectil disparado por um canhão ou largado de um avião é enviado ao acaso e pode destruir facilmente não só os inimigos, mas também os amigos, os seus pais e filhos. Porque razão então os nossos moralistas isolam a questão dos reféns e fecham os olhos ao conteúdo da guerra civil no seu conjunto? Porque não são particularmente corajosos. Como homens de «esquerda», receiam romper abertamente com a revolução. Como pequeno-burgueses que são, têm medo de cortar as pontes com a opinião pública oficial. Ao condenarem o sistema dos reféns sentem-se em boa companhia — contra os bolcheviques. Mantêm covardemente o silêncio sobre a Espanha. Victor Serge protestará contra o facto de os trabalhadores espanhóis, os anarquistas e os poumistas terem feito reféns... mas só daqui a vinte anos.

O Código Moral da guerra civil

Há uma outra descoberta de Victor Serge que pertence à mesma categoria: a saber, a descoberta de que a degenerescência dos bolcheviques remonta ao tempo em que à Tcheka foi conferido o direito de decidir a sorte das pessoas à porta fechada. Serge brinca com o conceito de revolução, escreve poemas a

respeito do assunto, mas é incapaz de compreender o que é uma revolução.

Os processos públicos só são possíveis em regimes estáveis. Quanto à guerra civil, é uma situação de extrema instabilidade para a sociedade e o Estado. Assim como é impossível publicar nos jornais os planos do Estado-maior, também é impossível revelar em processos públicos os pormenores das conjuras, pois estas últimas estão intimamente ligadas ao desenrolar da guerra civil. Não há dúvida absolutamente nenhuma que os processos à porta fechada aumentam consideravelmente a hipótese de erro. Isso significa muito simplesmente e isso de bom grado aceitamos, que as condições de guerra civil são pouco favoráveis ao exercício da justiça imparcial. E que será preciso dizer mais?

Propomos que Victor Serge seja nomeado presidente de uma comissão de inquérito composta, por exemplo, por Marceau Pivert, Souvarine, Waldo Frack, Max Eastman, Magdeleine Paz e outros para redigir um código moral da guerra civil. Antecipadamente, poderemos dizer que o seu carácter geral seria bem claro. Durante a guerra civil, ambos os lados comprometem-se a não fazer reféns. Os processos públicos mantêm-se em vigor. Para que se desenrolem correctamente, mantém-se total liberdade de imprensa enquanto durarem as hostilidades. Como o bombardeamento das cidades é prejudicial à saúde pública, à liberdade de imprensa e à inviolabilidade do indivíduo, proibir-se-à formalmente esse procedimento. Por outras razões diferentes ou semelhantes, proscrever-se-à a utilização da artilharia. E, como as espingardas, as granadas de mão e até as baionetas exercem in-

contestavelmente uma influência nefasta sobre os seres humanos assim como sobre a democracia em geral a utilização de armas, quer de fogo, quer brancas, é formalmente proibida durante o conflito.

Código maravilhoso! Magnífico monumento à honra da retórica de Victor Serge e Magdeleine Paz! Contudo, enquanto este código continuar a não ser aceite como regra de conduta por todos os opressores e oprimidos, as classes em luta procurarão alcançar a vitória *por todos os meios*, enquanto os moralistas pequeno-burgueses continuarão a errar na confusão entre os dois campos, como fizeram até aqui. Subjectivamente, simpatizam com o oprimido — ninguém o duvida. Objectivamente, continuam prisioneiros da moral da classe dirigente e procuram impô-la aos oprimidos em vez de os auxiliarem a elaborar a moral de insurreição.

As massas não são para aqui chamadas!

Victor Serge pôs a nu de passagem aquilo que teria provocado a derrocada do partido bolchevique: um centralismo excessivo, uma desconfiança relativamente à luta ideológica, uma ausência de espírito libertário. Mais confiança nas massas, mais liberdade! Tudo isto está fora do espaço e do tempo. Mas as massas não são de maneira nenhuma homogêneas! Há massas revolucionárias; há massas passivas, há massas reaccionárias. As mesmas massas são inspiradas por disposições e objectivos diferentes em diferentes períodos. É justamente por esta razão que é indispensável uma organização centralizada da vanguarda. Só um

partido que exerça a autoridade que adquiriu é capaz de superar as flutuações próprias das massas. Recobrir as massas com os traços da santidade e reduzir o próprio programa a uma «democracia» amorfa, corresponderia a dissolver-nos na classe tal como ela é, a transformarmo-nos de vanguarda em guarda atrasada e, do mesmo modo, a renunciarmos às tarefas revolucionárias. Por outro lado, se a ditadura do proletariado significa algo é antes do mais que a vanguarda da classe se encontra armada com os recursos do Estado para repelir os perigos, inclusivamente os que emanam das próprias camadas atrasadas do proletariado. Tudo isto é elementar; tudo isto foi demonstrado pela experiência da Rússia e confirmado pela experiência da Espanha.

Mas todo o segredo está em que, ao pedir a liberdade para as «massas», na realidade Victor Serge está a pedir a liberdade para si e para os seus pares; quer dizer, pede para ser libertado de todos os controles, de toda e qualquer disciplina e, inclusivamente, se possível, de toda e qualquer crítica a seu respeito. As massas não são para aqui chamadas! Quando o nosso «democrata» corre da direita para a esquerda e da esquerda para a direita, semeando a confusão e a dúvida, julga-se a encarnação de uma salutar liberdade de pensamento. Mas quando nós avaliamos dum ponto de vista marxista as vacilações dum intelectual pequeno-burguês desiludido, parece-lhe isto um ultrage à sua individualidade. Alia-se então a todos os confusionistas para partir em cruzada contra o nosso despotismo e o nosso sectarismo.

A democracia no interior de um partido não é um objectivo em si. Deve ser completada e ligada pelo

centralismo. Para um marxista a questão foi sempre esta: democracia, para quê, para que programa? O quadro do programa é simultaneamente o quadro da democracia. Victor Serge pedia que a Quarta Internacional concedesse liberdade de acção a todos os confucionistas, aos sectários e aos centristas do POUM, do tipo Vereecken, ou Marceau Pivert, aos burocratas conservadores do tipo Sneevliet, ou a simples aventureiros género R. Molinier. Por outro lado, Victor Serge auxiliou sistematicamente as organizações centristas a expulsar das suas fileiras os partidários da Quarta Internacional. Nós conhecemos perfeitamente este tipo de democracia; é complacente, acomodaticia, conciliadora... *para com a direita*; ao mesmo tempo, é exigente, mal-intencionada e pífida... *para com a esquerda*. Representa pura e simplesmente o regime de auto-defesa do centrismo pequeno-burguês.

A luta contra o marxismo

Se Victor Serge adoptasse uma atitude séria para com os problemas teóricos, teria certos escrúpulos em apresentar-se como «inovador» e limitar-se-ia a remeter-se para Bernstein, Struvé e todos os revisionistas do século passado que tentaram enxertar o kantismo no marxismo, ou, por outras palavras, subordinar a luta de classes do proletariado a princípios que se apresentam como sendo-lhes superiores. Como fez Kant, eles descrevem o «imperativo categórico» (a ideia do dever) como uma norma absoluta da moral, válida para toda a gente. Na realidade era uma questão de dever para com a sociedade burguesa. À sua

maneira, Bernstein, Struvé, Vorlander tinham uma atitude séria para com a teoria. Pediam abertamente um regresso a Kant. Victor Serge e os seus pares não sentem a menor responsabilidade para com o pensamento científico. Atêm-se a ilusões, a insinuações, quando muito a generalizações literárias. No entanto, embora as suas ideias sejam totalmente falsas, parece que vão reunir-se às fileiras de uma velha causa desacreditada: a de submeter o marxismo ao kantismo, a de paralisar a revolução socialista por meio de normas «absolutas», que representam de facto generalizações filosóficas dos interesses da burguesia — não da burguesia actual, é certo, mas da burguesia defunta da era do livre-câmbio e da democracia. A burguesia imperialista observa essas normas ainda menos do que a sua avó liberal. Mas considera de olhar benevolente as tentativas dos pregadores pequeno-burgueses para introduzirem a confusão, a perturbação e a hesitação nas fileiras do proletariado revolucionário. O objectivo essencial, não só de Hitler, mas também dos liberais e dos democratas é o de desacreditarem o bolchevismo, num momento em que a sua legitimidade ameaça tornar-se perfeitamente clara para as massas. O bolchevismo, o marxismo — eis o inimigo!

Quando o «irmão» Victor Basch, grão-sacerdote da moral democrática fabricou, com o auxílio do seu «irmão» Rosenmark, um documento falso para defender os processos de Moscovo, desmascarou-se publicamente. Provada a sua falsificação, bateu no peito e exclamou: «Então eu sou parcial? Eu sempre denunciei o terror de Lenine e de Trotsky!» Basch punha assim a nu numa forma flagrante o móbil profundo dos moralistas da democracia: algumas pessoas podem

calar-se a respeito dos processos de Moscovo, outras podem atacar os mesmos processos, outros ainda podem defender esses mesmíssimos processos; mas a sua comum preocupação é a de utilizar os supracitados para condenarem a «moral» de Lenine e de Trotsky, quer dizer, os métodos da revolução proletária. Neste domínio são todos irmãos.

No prospecto escandaloso que acima foi citado, declara-se que eu desenvolvo os meus pontos de vista sobre a moral «apoiando-(me) em Lenine». Pode pensar-se que esta frase mal definida, reproduzida por outras publicações, significa que eu desenvolvo os princípios teóricos de Lenine. Mas, ao que sei, Lenine não escreveu nada sobre a moral. De facto, Victor Serge queria dizer algo muito diferente, a saber, que as minhas ideias são uma generalização da prática de Lenine, o «amoralista». Ele procura desacreditar a personalidade de Lenine com base nos meus juízos e os meus juízos com base na personalidade de Lenine. Com isto, mais não faz do que adular a tendência geral reaccionária dirigida contra o bolchevismo e o marxismo no seu conjunto.

Souvarine o sicofanta

Ex-pacifista, ex-comunista, ex-trotsquista, ex-comunista-democrático, ex-marxista... ex-Souvarine, quase se poderia dizer, Souvarine, ataca a revolução proletária e os revolucionários com tanto mais descaramento quanto não sabe o que quer. Este homem gosta de coleccionar citações, documentos, vírgulas e aspas, empilhar dossiers e, ao demais, sabe manejar

a pena. De início, julgou que esta bagagem lhe duraria para toda a vida; mas depressa foi obrigado a reconhecer que além disso precisava de saber pensar. O seu livro sobre Estaline, apesar da abundância de citações e dos factos interessantes que aduz, é um testemunho da sua própria indigência. Souvarine não compreende o que é a revolução nem o que é a contra-revolução. Aplica ao processo histórico os critérios dum pequeno raciocinador que se sente ferido para sempre pela humanidade pecadora. A desproporção entre o seu espírito crítico e a sua importância criadora corrói-o como um ácido. Daí a sua constante exasperação e a sua falta da mais elementar honestidade na apreciação das ideias, dos homens e dos acontecimentos, tudo recoberto por um moralismo ressequido. Como todos os cínicos e os misantropos, Souvarine sente-se organicamente atraído pela reacção.

Terá Souvarine rompido realmente com o marxismo? Nunca o ouvimos falar disso. Ele prefere o equívoco: é o seu elemento natural. Na sua crítica ao meu panfleto, escreve: «Trotsky, mais uma vez, monta o cavalete da luta de classes, seu brinquedo favorito...» Para o marxista de outrora, a luta de classes é... o cavalete de Trotsky». Não é de surpreender que Souvarine pelo seu lado tenha preferido cavalgar o cão morto da moral eterna. À concepção marxista contrapõe ele «o sentido da justiça... sem consideração pelas diferenças de classes». Seja como for, é reconfortante saber-se que a nossa sociedade se encontra baseada num «sentido da justiça». Na próxima guerra, Souvarine irá sem dúvida expor a sua teoria aos soldados das trincheiras; enquanto isso, pode-se

ir entretendo a fazer outro tanto com os inválidos da guerra que passou, com os desempregados, as crianças abandonadas e as prostitutas. Confessamos desde já que se ele saísse um pouco arranhado desta história, o nosso «sentido da justiça» não estaria do seu lado.

As críticas feitas por este apologista desavergonhado da justiça burguesa «sem entrar em linha de conta com as diferenças de classe» baseiam-se integralmente no «*prière d'insérer*» inspirado por Victor Serge. Este último, pelo seu lado, nas suas «teorizações» não vai além de uma série de empréstimos que bebe em Souvarine que, pelo menos, possui a vantagem de exprimir o que Victor Serge não ousa dizer.

Com fingida indignação — nada há de sincero nele — Souvarine escreve que, dado que Trotsky condena a moral dos democratas, dos reformistas, dos estalinistas e dos anarquistas, disso decorre que o único representante da moral é «o partido de Trotsky», e, como esse partido «não existe», em última análise, a encarnação da moral é o próprio Trotsky. Como evitar uma risada perante tais propósitos? Aparentemente, Souvarine imagina que é capaz de estabelecer a distinção entre o que existe e o que não existe. Trata-se de assunto simples enquanto o que está em jogo não vai além dos ovos mexidos ou dum par de suspensórios. Mas à escala do processo histórico, tal distinção escapa ao discernimento de Souvarine. «O que existe», nasce ou morre, desenvolve-se ou desintegra-se: o que existe só pode ser compreendido por aquele que lhe compreende as tendências internas.

Poder-se-ia contar pelos dedos da mão o número de pessoas que mantiveram uma posição revolucionária

ria quando rebentou a última guerra. Toda a cena política oficial se encontrava praticamente recoberta pelas diversas nuances do chauvinismo. Liebknecht, Rosa Luxemburgo, Lenine pareciam indivíduos isolados, impotentes. Mas haverá a mínima dúvida de que a sua moral era superior à moral bestial da «união sagrada»? A política revolucionária de Liebknecht não era de maneira nenhuma «individualista», como na altura parecia ao filistino patriota médio. Pelo contrário, Liebknecht, e só ele, reflectia e prefigurava as profundas tendências revolucionárias das massas. A evolução posterior dos acontecimentos confirmaram isso integralmente. Não temer hoje uma ruptura completa com a opinião pública oficial, de forma a conquistar o direito de *amanhã* vir a exprimir as ideias e os sentimentos das massas insurgidas, eis um modo particular de existência que difere da existência empírica dos formalistas pequeno-burgueses. Todos os partidos da sociedade capitalista, todos os moralistas e os sicofantas perecerão sob os escombros da catástrofe eminente. O único partido que sobreviverá será o partido da revolução socialista mundial, muito embora pareça hoje em dia inexistente para os racionalistas cegos, exactamente como lhes havia parecido inexistente o partido de Lenine e de Liebknecht durante a última guerra.

Os revolucionários e os portadores de infecções

Engels escreveu um dia que ele e Marx tinham ficado toda a vida em minoria e que se «tinham sentido muito bem». Os períodos em que o movimento das

classes oprimidas se eleva ao nível das tarefas gerais da revolução representam as excepções muito raras da história. Bem mais frequentes do que as vitórias são as derrotas dos oprimidos. Após cada derrota vem um período longo de reacção que remete os revolucionários para um estado de cruel isolamento. Em tais períodos, os pseudo-revolucionários, os «cavaleiros de uma hora» como diz um poeta russo, ou traem abertamente a causa dos oprimidos, ou correm em busca da forma de salvação que lhes permita evitar a ruptura com um ou outro dos campos em presença. Na nossa época é inconcebível encontrar-se uma forma conciliadora no domínio da economia política ou da sociologia; as contradições de classe há muito que destruíram a fórmula de «harmonia» defendida pelos liberais e pelos reformistas democratas. Resta o domínio da religião e da moral transcendente. Os «socialistas-revolucionários» russos tentaram salvar a democracia por meio da aliança com a Igreja. Marceau Pivert substitui a igreja pela maçonaria. Aparentemente, Victor Serge ainda não aderiu a nenhuma loja, mas não sente qualquer dificuldade em encontrar uma linguagem contra o marxismo semelhante à de Marceau Pivert.

Duas classes decidem da sorte da humanidade: a burguesia imperialista e o proletariado. O último recurso da burguesia é o fascismo, que substitui os critérios históricos e sociais por normas biológicas e zoológicas, de forma a libertar-se de toda e qualquer restrição na luta pela propriedade capitalista. A civilização só pode ser salva pela revolução socialista. Para realizar essa transformação completa, o proletariado necessita de todas as suas forças, de toda a sua determinação,

de toda a sua audácia, de toda a sua paixão implacável. Sobretudo, deverá estar totalmente liberto das ficções da religião, da «democracia» e da moral transcendental, que são outras tantas cadeias forjadas pelo inimigo para o dominar e o reduzir à escravidão. Só é moral aquilo que prepara o proletariado para o derrube total e definitivo da bestialidade capitalista, e nada mais. A salvação da revolução — eis a lei suprema.

Uma compreensão clara da correlação entre as duas classes — a burguesia e o proletariado na época da sua luta mortal — revela-nos o significado objectivo do papel dos moralistas pequeno-burgueses. O seu traço essencial é a impotência: impotência *social* resultante da degradação económica da pequena-burguesia; impotência ideológica devido ao medo desta classe face ao monstruoso ímpeto da luta das classes. Daqui nasce a tendência do pequeno-burguês educado ou ignorante, para entrar a luta de classes. Quando não consegue atingir esse objectivo por meio da moral eterna — e isso não o pode conseguir — o pequeno-burguês lança-se nos braços do fascismo que entrava a luta de classes por meio de mitos e do machado do carrasco. O moralismo de Victor Serge e dos seus pares é uma ponte que liga a revolução com a reacção. Souvarine já se encontra do outro lado da ponte. A menor concessão a estas tendências significa o princípio da capitulação perante a reacção. Que estes portadores de infecções vão inocular as normas da moral em Hitler, Mussolini, Chamberlain e Daladier. Quanto a nós, o programa da Revolução Proletária basta-nos.

Coyoacan, 9 de Junho de 1939

ÍNDICE BIOGRÁFICO

AZAÑA, Manuel (1880-1939) — Homem político da esquerda espanhola, Presidente da República em 1936, aquando do levantamento militar de Franco; morto no exílio.

BACSH, Victor (1863-1944) — Presidente da Liga para a Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, assassinado durante a Ocupação alemã por milicianos colaboracionistas franceses. Aquando dos «processos» de Moscovo, fez publicar no boletim da Liga (*Les Cahiers des Droits de l'Homme*), um relatório do advogado Rosenmark favorável a Estaline, recusando depois todo e qualquer artigo sobre a questão sob o pretexto de não «instituir polémicas entre os membros da Liga», e dando como prova da sua imparcialidade o facto de ter condenado os «rios de sangue» que a revolução russa tinha feito correr no tempo de Lenine e de Trotsky.

BAUER, Otto (1882-1939) — Principal dirigente da social-democracia austríaca após a primeira guerra mundial, teórico do que se costuma chamar «austro-marxismo» (tentativa de conciliação entre o marxismo revolucionário e as teses social-democratas, entre o princípio da representatividade parlamentar e a democracia directa dos conselhos operários), emigrou após a derrota dos trabalhadores de Viena, em Fevereiro de 1934.

BERNSTEIN, Eduardo (1850-1932) — Socialista alemão, executor testamentário de Engels; propôs em 1899 uma revisão do marxismo consistindo no abandono da perspectiva revolucionária, em favor de um desenvolvimento gradual para o socialismo, tudo acompanhado de uma substituição da dialéctica materialista pela filosofia kantiana.

BLUM, Léon (1872-1950) — Dirigente socialista, proveniente do anarquismo. Chefe do gabinete de Marcel Sembat, ministro das Obras Públicas no governo de União Nacional durante a 1ª Guerra Mundial imperialista. No Congresso de Tours do PS (1920) critica as teses da IIIª Internacional, permanecendo com a maioria que não adere à cisão donde nasceria o PCF. A partir de 1929, presidente do grupo parlamentar do PS; Presidente do Conselho no governo de Frente Popular (Junho 36 — Junho 37 e de novo em Março-Abril de 38). Durante a 2ª Guerra deportado em Buchenwald. Chefe do Governo Provisório depois da guerra.

BRANDLER, Heinrich (1881-1967) — Principal dirigente do PC alemão em 1922-23; posteriormente dirigente da Oposição de Direita, aliado a Bukharine; excluído da Internacional comunista em 1929; denunciou os condenados dos dois primeiros «processos de Moscovo», tendo invertido a sua posição aquando do terceiro.

BROCKWAY, Fenner (1890- ...) — Deputado e dirigente do *Independent Labour Party* (Partido Trabalhista Independente) da Grã-Bretanha, quando este rompeu com o Partido Trabalhista nos anos 30; voltou a ingressar no Partido Trabalhista após a segunda guerra; Lord Brockway desde 1964.

CABALLERO, Largo (1869-1946) — Socialista espanhol, fundador e secretário da central sindical UGT (União Geral dos Trabalhadores); ministro e Presidente do Conselho durante a guerra civil.

DEWEY, John (1859-1952) — Filósofo americano que formulou uma concepção aparentada com o pragmatismo (o instrumentalismo) e pedagogo de grande reputação. Aos 78 anos, aceitou presidir à comissão de inquérito sobre os «processos de Moscovo», apesar das fortes pressões que o obrigaram a pedir a demissão do comité de redacção do jornal *The New Republic*, de que fazia parte havia 25 anos, desde a sua fundação — em que havia participado.

DURANTY, Walter — Correspondente durante muito tempo do *New York Times* em Moscovo; foi favorável a Estaline contra as oposições.

EASTMAN, Max — Escritor americano, defensor da revolução russa e posteriormente da Oposição de Esquerda; escreveu «*A Juventude de Trotsky*», «*Após a Morte de Lenine*». Por ocasião dos «processos

de Moscovo», encetou uma evolução que o havia a conduzir a posições extremamente conservadoras.

FISHER, Louis — Jornalista americano, autor de livros sobre os problemas internacionais, foi durante muito tempo correspondente em Moscovo, onde se ligou de amizade com Karl Radek; mostrou-se favorável a Estaline no período dos «processos de Moscovo»; posteriormente, tornou-se partidário de Franklin Delano Roosevelt; muito hostil à União Soviética quando começou a guerra fria.

GREEN, William (1873-1952) — Presidente da Central sindical americana AFL (Federação Americana do Trabalho), nomeadamente em 1936, quando se deu a cisão que daria origem à CIO (Congresso das Organizações Industriais).

HOOK, Liston — Correspondente de jornais americanos em Moscovo, no período de luta entre Estaline e as oposições.

IAGODA, Henrique — Dirigente do GPU que organizou o primeiro «processo»; depurado um ano mais tarde, foi por seu turno detido, acusado durante o terceiro «processo» e executado em 1938.

IEZHOV (Éjov) — Substituto de Iagoda à frente do GPU em Setembro de 1936, imediatamente após o primeiro «processo de Moscovo»; permaneceu em funções neste posto até ao princípio de 1939, altura em que foi substituído por Béria e, por seu turno, executado. O período durante o qual esteve à frente dos destinos da GPU foi o período de mais sangrentas depurações do reinado de Estaline e é conhecido na União Soviética pela designação de «lezhovtchina».

KRIVITSKY, Walter — Alto funcionário dos Serviços Secretos Soviéticos, rompe com Moscovo em 1937, após o assassinato do seu superior Ignace Reiss (Reiss havia rompido logo aquando do primeiro «processo» para aderir à IVª Internacional). Krivitsky publicou um livro com o título de «*Fui Agente de Estaline*»; juntou-se aos mencheviques no exílio, tendo vindo a ser descoberto e assassinado num quarto de hotel em Nova York, em 1942.

LEWIS, John L. (1880-1969) — Dirigente da Federação dos Mineiros americana, dirigente da Central sindical AFL (Federação Americana do Trabalho), membro da oposição que provocou a cisão para fundar a CIO (Congresso das Organizações Industriais).

LOVESTONE, Jay — Dirigente do PC americano de 1926 a 1928; excluído da Internacional Comunista com a Oposição de Direita em 1929; dirigiu um grupo comunista independente até ao início da Segunda Guerra Mundial. Tornou-se chefe do Secretariado para as relações internacionais da Central sindical AFL-CIO; a este título, prosseguiu no movimento sindical internacional «a luta internacional contra o comunismo» e encontra-se na origem de numerosas cisões sindicais em todo o mundo.

LYONS, Eugene (1898- ...) — Jornalista e escritor americano, correspondente de *United Press International* em Moscovo de 1928 a 1934.

MAKHNO, Nestor — Anarquista nascido em 1889, chefe de bandos camponeses que lutou na Ucrânia, em 1918, contra as tropas de ocupação alemãs e o Exército Vermelho, simultaneamente. As suas forças acabaram por ser dispersadas pelo Exército Vermelho em que recusavam integrar-se. Refugia-se na Roménia e depois em França.

MAN, Henri de (1885-1953) — Socialista Belga, situado à esquerda da IIª Internacional antes de 1914, renunciou ao marxismo em 1930, num livro intitulado «*Para Além do Marxismo*». Colaborador dos nazis durante a guerra, facto que lhe valeu ser condenado aos trabalhos forçados por contumácia após o termo das hostilidades.

NEGRIN, Juan (1894-1956) — Socialista espanhol, último chefe do governo da República Espanhola, antes de partir para o exílio em 1939; foi um dos responsáveis pela repressão dirigida contra os opositores de esquerda anti-estalinistas.

OLIVER, Garcia — Um dos líderes da Federação Anarquista Ibérica; tornou-se ministro do governo Largo Caballero. Durante as jornadas de Barcelona, em Maio de 1937, dirigiu-se àquela cidade para obter dos trabalhadores o fim dos combates.

PAZ, Magdeleine — Romancista francesa, excluída do PCF em 1926 como oposicionista, rompe com Trotsky em 1929, aderindo posteriormente ao Partido Socialista. Denunciou os «processos de Moscovo» ao Comité Central da Liga para a Defesa dos Direitos do Homem.

PIVERT, Marceau (1895-1958) — Dirigente da esquerda do Partido Socialista francês a partir de 1933; excluído do PS em 1938, funda o PSOP (Partido Socialista Operário e Camponês). Após a guerra voltou a aderir ao Partido Socialista. Marceau Pivert ostentava publicamente a sua pertença à Maçonaria.

PRITT, Denis Nowell — Nascido em 1887, membro do Parlamento britânico de 1933 a 1950; advogado membro do Conselho Privado da Coroa, presidente da Sociedade para as Relações Culturais com a União Soviética, prêmio Estaline em 1954. Foi um dos advogados que se encontravam em Moscovo, aquando da abertura dos primeiros «processos» e defendeu-o no plano jurídico. Nas suas memórias, publicadas nos anos sessenta, esquiva-se sobre a questão dos «processos de Moscovo».

RAPPOPORT, Charles (1865-1940) — Nascido na Rússia dos czares, emigrou muito jovem e integrou-se totalmente no movimento operário francês; membro do PCF desde a fundação até ao processo Bukharine.

ROLLAND, Romain (1866-1944) — Romancista pacifista francês. Autor do romance em vários volumes «*Jean Christophe*». Durante a 1ª Guerra, exila-se na Suíça. Mantém-se afastado do PC e do Komintern, durante o tempo de Lenine. Com Henri Barbuse organiza um movimento de intelectuais anti-fascistas; encontra Estaline em 1935 e avaliza os «processos de Moscovo».

ROSENMARK, Raymond — Advogado francês sem notoriedade particular. Convidado a ir a Moscovo com o advogado britânico D.N. Pritt quando o primeiro «processo» e a sua data eram mantidos em segredo, assiste a esse processo e faz um relatório parcial sobre o seu valor jurídico para a Liga para a Defesa dos Direitos do Homem.

SERGÉ, Victor (Kibaltchiche, 1890-1947) — Nascido na Bélgica de pais russos, milita em França e na Espanha. Junta-se ao bolchevismo na URSS, em 1918, e colabora com o Komintern. Membro da Oposição Russa, feito prisioneiro e libertado no seguimento de uma campanha dos intelectuais do Ocidente. Membro da IVª Internacional, separa-se de Trotsky em 1939. Escritor. Afasta-se do marxismo durante a guerra.

SOUVARINE, Boris (1893- ...) — Publicista francês; secretário do comitê da IIIª Internacional, em 1920. Delegado do PCF ao Executivo da Internacional comunista, em 1921; suspenso e depois excluído desta organização em 1924-25, por defender a Oposição de Esquerda soviética. A partir de 1927 afasta-se do movimento operário.

THOREZ, Maurice (1900-1964) — Dirigente do PCF. Mineiro desde os doze anos, adere ao PS em 1919; em 1921, participa na cisão de onde nasce o PCF, de que se torna secretário-geral em Junho de 1930. Em Outubro de 1939 é mobilizado mas, recusando-se a lutar contra a Alemanha nazi, devido ao pacto com Hitler assinado por Estaline, exila-se. Amnistiado após a guerra, regressa a França e participa nos governos de Unidade Nacional sob a égide de De Gaulle.

THOMAS, Norman — Dirigente socialista americano.

TUKHATCHEVSKY (1853-1937) — Proeminente chefe militar do Exército Vermelho na Guerra Civil, após a Revolução de Outubro; Marechal da URSS em 1933; julgado à porta fechada em 1937 e executado por alegada «traição».

VANDERVELDE, Émile (1886-1938) — Dirigente do Partido Operário Belga, presidente da IIª Internacional antes de 1914, ministro durante a guerra de 1914-1918. Famoso também pelos seus conservadores manuais sobre o casamento.

VORLANDER, Karl — Nascido em 1860; filósofo alemão da escola neo-kantiana de Marburgo; em 1900, paralelamente à ofensiva revisionista de Bernstein, publicou um livro intitulado «*Kant e o Socialismo*».

WALCHER, Jacob (1887- ...) — Dirigente sindicalista do PC alemão, excluído desse partido em 1929, ao mesmo tempo que Brandler, com quem rompe em 1932, para aderir ao SAP (Partido Socialista Operário), onde defende uma linha pro-estalinista; em 1945, regressa à Alemanha Oriental e adere ao partido oficial (SED).

ÍNDICE

Prefácio	7
A moral deles e a nossa	11
A evaporação da moral	13
Amoralismo marxista e verdades eternas	16
«Os fins justificam os meios»	18
Jesuitismo e utilitarismo	21
Das «regras obrigatórias da moral»	23
A crise da moral democrática	25
O «bom senso»	27
Os moralistas e a GPU	30
Disposição das figuras do jogo político	34
Que o estalinismo é produto da velha sociedade	37
Moral e Revolução	40
A revolução e os reféns	44
A moral dos cafres	48
O amoralismo de Lenine	51
Um episódio edificante	55
Interdependência dialéctica	
entre os fins e os meios	58
	93

Apêndices	65
A Moral deles e a nossa <i>(tradução de Victor Serge)</i>	67
Moralistas e Sicofantas contra o marxismo	
Os traficantes de indulgências e os seus aliados socialistas ou um cuco em ninho alheio	69
«Moral de Hotentote!»	71
Ainda a propósito de reféns	72
O medo à opinião pública burguesa	74
O Código Moral da guerra civil	75
As massas não são para aqui chamadas	77
A luta contra o marxismo	79
Souvarine o sicofanta	81
Os revolucionários e os portadores de infecções	84
Índice biográfico	87

Este livro foi composto e impresso
na Nova Imprensa, Artes Gráficas
para Edições Antídoto em Maio de 1979

Na verdade, é preciso uma total indigência intelectual e moral para identificar a moral reaccionária e policial do estalinismo com a moral revolucionária dos bolcheviques. O partido de Lenine deixou de existir há muito; as dificuldades internas e o imperialismo mundial quebraram-no. A burocracia estalinista sucedeu-lhe e é um aparelho de transmissão do imperialismo. Em política mundial, a burocracia substituiu a luta de classes pela colaboração de classes, o internacionalismo pelo social-patriotismo. Afim de adaptar o partido governamental às tarefas da reacção, a burocracia «renovou» o seu pessoal pela eliminação dos revolucionários e o recrutamento dos arrivistas.

Toda e qualquer reacção ressuscita, alimenta, reforça os elementos do passado histórico que a revolução havia golpeado sem conseguir aniquilar. Os métodos estalinistas consomem, levam à mais alta tensão e também ao absurdo, todos os processos de mentira, de crueldade e de aviltamento que constituem o mecanismo de poder em todas as sociedades divididas em classes, sem excluir a democracia. O estalinismo é um conglomerado das monstruosidades do Estado tal como a História o fez; é também a sua funesta caricatura e a sua repugnante carantonha.

EDIÇÕES ANTÍDOTO

LISBOA